



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MACAPÁ (AP) – 2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da INT TCU nº 63, 01 de setembro de 2010, da RES TCU nº 244, de 20 de julho de 2011, da DNT TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da DNT TCU nº 124, de 05 de dezembro de 2012, da PRT TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e, da Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

MACAPÁ (AP) – 2013

SUMÁRIO

1	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	08
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	08
1.1.1	Relatório de Gestão Individual.....	08
	Quadro A.1.1 – Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Individual	08
1.2	Finalidades e Competências Institucionais	09
1.3	Organograma Funcional.....	09
1.4	Estruturação Organizacional da SFA/AP	10
2	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	11
2.1	Planejamento Das Ações Da Unidade Jurisdicionada.....	11
2.2	Estratégias De Atuação Frente Aos Objetivos Estratégicos	11
2.3	Estratégias De Atuação Frente Às Responsabilidades Institucionais.....	11
3	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	13
3.1	Estrutura De Governança	13
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	13
3.5	Cumprimento Pela Instância De Correição Da Portaria N° 1.043/2007 da CGU.....	13
4	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	14
	Principais Parceiros.....	14
4.1	Relação dos Programas do Plano Plurianual Vigente da UJ	14
	QUADRO A.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	15
	Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa	17
	Metas Físicas e Financeiras	17
	Análise Crítica/Indicador	18
	Tabela 1 – Índice de Vacinação contra Febre Aftosa no Estado do Amapá, 2007 à 2012.....	19
	Tabela 2 – Valores pagos pelo SIFISA/SFA/AP.....	20
	Tabela 3 – Períodos/Datas dos Últimos Focos de Febre Aftosa na Região Amazônica	20
	Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais (PCEANIMAL) -	22
	Metas Físicas e Financeiras	27
	Análise Crítica/Indicador	28
	Ação 8938: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL) -	31
	Metas Físicas e Financeiras	32
	Análise Crítica/Indicador	32
	Ação 2124: Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal- (FISCINAN)	35
	Metas Físicas e Financeiras	35
	Análise Crítica/Indicador	35
	Ação 2140: Fiscalização de Produtos de uso Veterinário- (FISPROVET).....	37
	Metas Físicas e Financeiras	37
	Análise Crítica/Indicador	38
	Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal-.....	39
	Justificativa da Ação 2019	40
	SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV.....	40
	Programa de Defesa Agropecuária 2028.....	40
	Ação 4738: Erradicação da Mosca-da-Carambola (ERRADMOSCA).....	40
	Envolvimento Institucional e Definições de Responsabilidades.....	44
	Principais Dificuldades Para Realização dos Objetivos.....	45
	Metas Físicas: Ações de Monitoramento, Controle e Resultados	46
	Metas Financeiras: Recursos Aplicados por Elementos de Despesas e Outros PI	50
	Análise de Desempenho/Indicador	55
	Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	57
	Ação 8939: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL2)	61
	Metas Físicas e Financeiras	63
	Análise Crítica/Indicador	66
	Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI)	68
	Metas Físicas e Financeiras	69
	Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX).....	70

	Metas Físicas e Financeiras	71
	Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1)	72
	Metas Físicas e Financeiras	73
	Análise Crítica/Indicador	76
	Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEM)	79
	Metas Físicas e Financeiras	80
	Análise Crítica/Desempenho Operacional/Indicador	82
4.2	Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira do PPA/UJ	85
	QUADRO A.4.4 – Programa 2105 - Ação Programa de Apoio Administrativo	85
	QUADRO A.4.6 – Programa 0089 - Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões	85
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	86
	QUADRO A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	86
4.2.2	Programação de Despesas	86
	QUADRO A.4.9 – Programação de Despesa de Capital/Análise Crítica	86
	QUADRO A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa/Análise Crítica	87
	QUADRO A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação/Análise Crítica	89
	QUADRO A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	90
	Análise Crítica por Elemento de Despesa	92
5	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	93
5.2	Informações sobre Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	93
	Quadro A.5.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	93
	Análise Crítica	93
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	93
	Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	93
	Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	95
	Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Anteriores	95
	Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de	96
	Convênio, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse	96
	Quadro A.5.7 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	97
5.4	Informações Sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões	98
	Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos (SF) /Análise Crítica	98
	Quadro A.5.10 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador/Análise Crítica	98
	Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por Conta Tipo “B” e por Cartão de Crédito Corporativo/Análise Crítica	99
	Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	99
6	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	100
	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão-de-Obra e Custos Relacionados	100
6.1	Composição Do Quadro De Servidores Ativos	100
	Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2012	100
	Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012	101
	Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – 31/12	102
	Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2012	102
	Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação em 31/12/2012	103
	Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	104
	Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2012	105
	Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2012	105
	Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU – (ART, 3º DA IN TCU 55/2007)	106
	Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU – (ART, 3º DA IN TCU 55/2007)	106
	Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	107
	Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU – (ART, 14 DA IN TCU 55/2007)	108
	Quadro A.6.13 – Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro	108
6.2	Terceirização de Mão-de-Obra Empregada e Contratação de Estagiários	109
	Quadro A.6.14 – Cargos e Atividades Inerentes a Categoria Funcionários do Plano de Cargos da UJ	109
	Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de	109
	Concurso Público ou de Provedimento Adicional Autorizados	109
	Quadro A.6.16 – Autorizações Para Realização de Concursos Públicos ou Provedimento Adicional	109
	Para Substituição de Terceirizados	109
	Quadro A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	110
	Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	111

	Quadro A.6.19 –Composição do Quadro de Estagiários.....	112
7	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	113
	Gestão Do Patrimônio Mobiliário E Imobiliário.....	113
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	113
	Tabela 1 – Relação de Veículos por Tipo, Custo de Manutenção, Consumo de Combustível e Lubrificantes.....	114
7.2	Gestão de Patrimônio Imobiliário	115
	Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens e Móveis de uso Especial de Propriedade da União.....	115
	Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens e Móveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ.....	116
	Análise Crítica	116
8	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.	117
	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	117
	Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	117
9	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	119
	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	119
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	119
	Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água/Análise Crítica.....	120
10	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	121
	Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	121
10.3	Declaração De Bens E Rendas Estabelecida Na Lei N° 8.730/93.....	121
	Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento por Autoridades e Servidores da UJ da Obrigação	121
	De Entregar a DBR	121
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	122
	Análise Crítica	124
11	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	125
	Informações Contábeis.....	125
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos Pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público- Declaração	125
	Quadro A.11.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente à	126
	Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ	126
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.	127
	VIGIAGRO – Atividades e Importância no Contexto da Superintendência	127
	Quadro 1.A - Partidas E Produtos Fiscalizados Em 2012 Importações Através Do Porto De Santana (Produtos.....	129
	E/Ou Embalagens Em Madeira)	129
	Quadro 1.B - Partidas e Produtos Fiscalizados em 2012 Importações Através do Porto de Santana (Produtos.....	130
	e/ou Embalagens em Madeira)	130
	Quadro 2 - exportações – produtos madeireiros – origem brasil/Amapá	132
	Quadro 3 - exportações alimentos 2012 – destino guiana francesa – origem brasil/outros estados.....	133
	Anexos	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU - Controladoria Geral da União
COMPRASNET – Portal de Compras do Governo Federal
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DNT - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
INT - Instrução Normativa
ISO - International Standards Organization
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
NMAP – Núcleo de Manutenção Predial
NPR – Núcleo de Protocolo
NTR – Núcleo de Transportes
PI - Programa Intra-setorial do MAPA
PPA - Plano Plurianual do Governo
RG – Relatório de Gestão
RT – Responsável Técnico
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG – Seção de Atividades Gerais
SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
SFA/AP – Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
SGP – Seção de Gestão de Pessoas
SGP – Seção de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN - Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária
SMP – Setor de Material de Patrimônio
SSC - Seção de Compras e Contratos
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da informação
UG - Unidade Gestora
FFA – Fiscal Federal Agropecuário



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá

APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, seguiu as diretrizes legais para a elaboração do relatório de Gestão do exercício de 2012, as orientações previstas nos normativos legais: Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da Resolução TCU nº 244, de 20 de julho de 2011, da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e, da Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Os Planos Internos – PI's e, as respectivas **ações** foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho internos e de acordo com as informações registradas no PPA através de seus programas enumerados, sempre objetivando os indicadores de desempenho da eficiência – eficácia e efetividade.

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** é um Órgão do Poder Executivo pertencente à estrutura de governo do Brasil, com a competência de formular e programar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

Temos também a informar que algumas das informações contidas no RG não se aplicam a modalidade do Relatório de Gestão 2012 na forma individual:

- Em consulta a Secretaria-Executiva (SE) do MAPA, os quadros A.4.1 ao A.4.6, exceto o quadro A.4.4, somente as Instituições que estejam na responsabilidade de qualquer das UJ que componha o RG da SE na formatação Consolidado e Agregado (correiomapa.agricultura.gov.br).

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Relatório de Gestão Individual

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

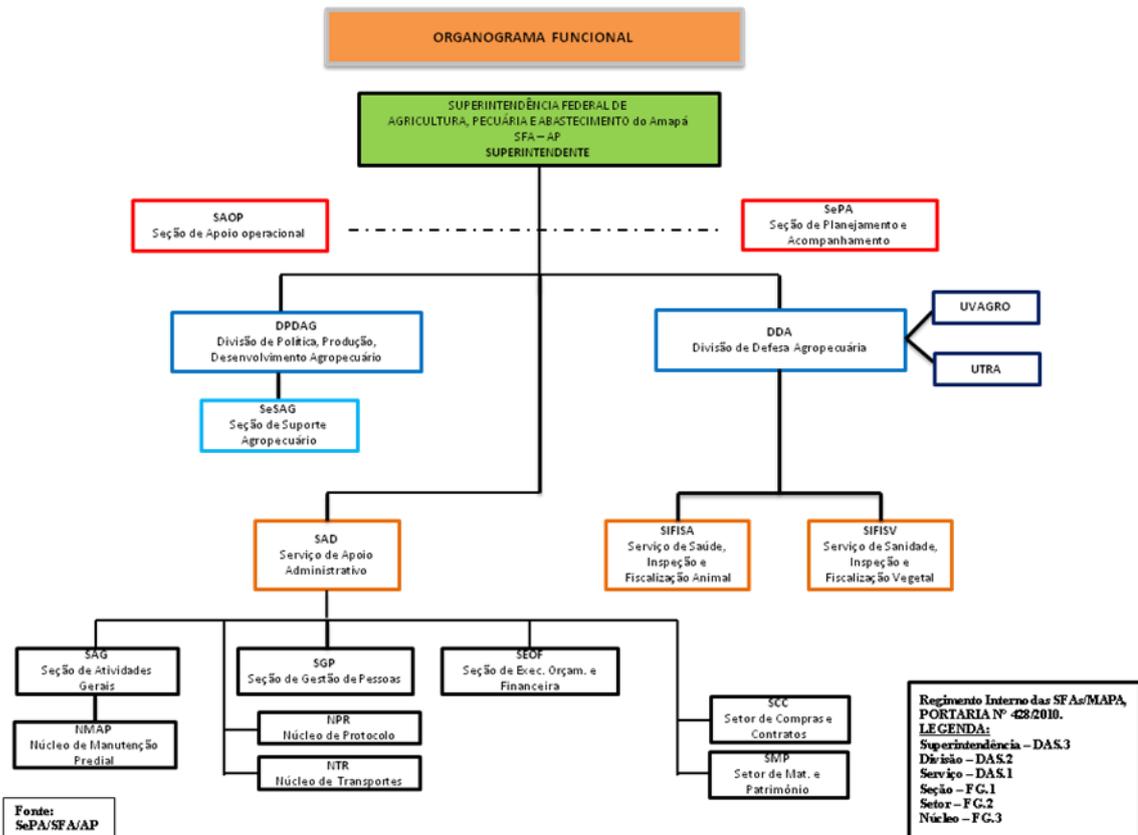
QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá			
Denominação Abreviada: SFA/AP			
Código SIORG: 02799	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130100
Situação: ativa			
Situação Jurídica: ativa			CNPJ: 000.396.895/0034-93
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(096) 3223-3075	(096) 3223-3071	(096) 3223-3071/fax
Endereço Eletrônico: gab-ap@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Tiradentes, 463- Centro, CEP: 68906-380, Macapá - AP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Criada pela Lei Delegada nº 09, de 11 de outubro de 1962 e, tendo suas competências legais definidas em PORTARIA Nº 428, de 09 de junho de 2010/ MAPA, a qual Aprova o Regimento Interno das SFA's nos Estados, unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Decretos, Portarias, Instrução Normativa, etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Instrução de serviço, Ofícios, Circulares, Manuais diversos, etc.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130100	SFA/AP		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130100	SFA/AP		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão
130100			SFA/AP

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da UJ

Criada pela Lei Delegada nº 09, de 11 de outubro de 1962 e, tendo suas competências legais definidas em PORTARIA Nº 428, de 09 de junho de 2010/ MAPA, a qual Aprova o Regimento Interno das SFA's nos Estados, unidades descentralizadas do MAPA, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA.

1.3 Organograma Funcional da UJ



Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Portaria N° 428, de 09 de junho de 2010.

Tab. Estruturação Organizacional da Superintendência Federal da Agricultura do Amapá-SFA/AP.

UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA		
Cargo	Local de trabalho	Classificação
1. Superintendente	GAB	DAS. 3
1.1 Seção de Planejamento e Acompanhamento	SePA/SFA-AP	FG.1
1.2 Seção de Apoio Operacional e Divulgação	SAOD/SFA-AP	FG.1
UNIDADES CENTRAIS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA		
2. Divisão de Defesa Agropecuária	DDA/SFA-AP	DAS. 2
. Unidade de Vigilância Agropecuária	UVAGRO/Oiapoque/DDA/SFA-AP	FG. 1
. Unidade de Vigilância Agropecuária	UVAGRO/Santana/DDA/SFA-AP	FG. 1
2.1 Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal	SIFISA/DDA/SFA-AP	DAS. 1
2.2 Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal	SIFISV/DDA/SFA-AP	DAS. 1
3 Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário	DPDAG/SFA-AP	DAS. 2
3. 1 Seção de Suporte Agropecuário	SeDAG/DPDAG/SFA-AP	FG. 1
UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL		
4. Serviço de Apoio Administrativo	SAD/SFA-AP	DAS. 1
4.1 Seção de Atividades Gerais	SAG/SAD/SFA-AP	FG. 2
4.1.1 Núcleo de Manutenção Predial	NMAP/SAG-AP	FG. 3
4.1.2 Setor de Compras e Contratos	SCC/SAD/SFA-AP	FG. 2
4.1.3 Setor de Material e Patrimônio	SMP/SAD/SFA-AP	FG. 3
4.1.4 Núcleo de Protocolo	NPR/SAD/SFA-AP	FG. 3
4.1.4 Núcleo de Transporte	NTR/SAD/SFA-AP	FG. 3
4.2 Seção de Gestão de Pessoas	SGP/SAD/SFA-AP	FG. 1
4.3 Seção de Execução Orçamentária e Financeira	SEOF/SAD/SFA-AP	FG. 1

Fonte: SGP/SFA/AP

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá-SFA/AP, no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria n° 428, de 09 de junho de 2010 e dentro da competência e atribuições legais na Área Administrativa e Área Finalística na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações, prestarem em âmbito Estadual os serviços de Defesa Agropecuária e Desenvolvimento Rural, através do fomento, fiscalização, classificação, produção, comercialização e inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo assim a qualidade e a segurança alimentar aos consumidores objetivando a visão de futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade”.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual que, com jurisdição no âmbito do Estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PI's). Têm como finalidade a execução de serviços de defesa, inspeção, fiscalização e fomento, além da elaboração e celebração de convênios com o Governo do Estado, com Prefeituras e com Cooperativas Agropecuárias, dentre outros, com a finalidade de executar projetos de infra-estrutura rural e desenvolvimento agropecuário, também tem por objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, certamente garantir a segurança dos alimentos e manter custos competitivos.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos há as ações do núcleo de educação sanitária, a qual realizou ações de orientações, prevenções e conscientização aos produtores e consumidores competitivos em vários municípios do Estado, também foram promovidas campanhas educativas em áreas de grande fluxo populacional e locais estratégicos como: aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, entre outros, assim como participação em eventos, tais como, as Expos-feira Agropecuária do Estado.

Na execução dessas ações, que se inserem nos programas de defesa agropecuária, da política agrícola e da promoção do desenvolvimento agropecuário, espera-se que os resultados neste exercício contribuam para que não ocorram impactos econômicos e sociais adversos, causados pelo não cumprimento da produção e da produtividade agropecuária.

2.3 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência em conformidade com o Regimento Interno aprovado pela Portaria MAPA de n° 428/2010, publicada em 14/06/2010, executa as ações voltadas para as atividades de: Defesa Agropecuária, Fiscalização Agropecuária, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vigilância Agropecuária e Política de Desenvolvimento e fomento do Setor Agropecuário.

Para atender as demandas da sociedade, vários são os aspectos tratados internamente que, embora não esteja ligado a ações de governo que cabe à SFA/AP executar, seu acompanhamento,

faz parte da rotina interna. Nesta linha citamos também o Programa de Apoio Administrativo, que tem o fundamento primordial é dar apoio a todos os programas finalísticos e as ações implementadas, assim, dando continuidade aos serviços administrativos de recursos humanos.

Alinhado ao plano estratégico desenhado pelo MAPA, a SFA/AP direcionou esforços no sentido de atender, dentro da perspectiva de processos internos e de pessoas, conforme é demonstrado na TABELA 1.

Tabela 1 – Perspectiva de ações internas e de pessoas da SFA/AP

Objetivos/Prioridades	Decisão/Iniciativa	Avaliação/Resultados
Excelência Administrativa	Fortalecer o processo de Gestão da SFA/AP	. Desdobramento do Planejamento Estratégico do MAPA e acompanhamento dos resultados institucionais; . Fortalecimento do aprendizado contínuo a partir Relatório de Auditoria e do acompanhamento do Plano de Providências, assim quando houver.
	Otimizar a execução orçamentária e financeira	. Redução de consumo; . Melhoria do índice de aplicação dos recursos disponibilizados.
	Melhorar a infraestrutura	. Ampliação do número de computadores; . Ampliação da rede elétrica para suportar o número de computadores a ser Instalados; . Promover os procedimentos de pregão eletrônico para qualquer situação que se fizer necessária.
Ambiente de trabalho	Valorizar e integrar a força de Trabalho	. Promoção de capacitação de recursos humanos em todos os níveis; . Manutenção/ampliação da coleta seletiva solidária.
	Desenvolver a comunicação interna	. Divulgação interna e externa das ações da SFA/AP.

Com relação às ações relacionadas no PPA, a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amapá, a sua atuação tem como base o Plano Operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras sempre alinhadas aos objetivos específicos de cada programa e, os indicadores padrões utilizados pelo MAPA, tais como, eficácia, eficiência e efetividade, que servem para medir o desempenho de cada ação, atividade, meta ou até mesmo o programa.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTO CONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Não se aplica esta UJ não possui unidade de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, etc, ficando tudo a cargo da Sede do Ministério da Agricultura.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Não se aplica a avaliação dos controles internos são efetuados através da Sede do Ministério da Agricultura, através do monitoramento dos atos de gestão desta UJ, com vista a assegurar a uniformidade das informações.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3.4 Sistema de Correição

Não se aplica

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No exercício de 2012 não houve nesta Superintendência Federal de Agricultura no Amapá instauração de Processos Administrativos Disciplinares e nem de Processo de Sindicância.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012

Principais Parceiros

Vivemos num momento da necessidade de parcerias e alianças estratégicas, para fortalecimento das ações de defesa agropecuária em função do bem estar social, garantindo principalmente a segurança alimentar da população.

O principal parceiro do SIFISA/AP nas ações de defesa agropecuária é a DIAGRO/AP, que é uma autarquia pública, com personalidade jurídica e direito público autonomia técnica, administrativa e financeira, patrimônio e receitas próprias vinculadas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, contando atualmente com 03 escritórios de atendimento a comunidade – EAC's, agrupados em 12 Unidades Veterinárias Locais – UVL's, em 16 municípios existentes no Estado.

Também é oportuno citar a EMBRAPA/AP como braço científico e tecnológico do SFA/AP, contribuindo com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para melhoras da segurança alimentar. É uma empresa pública vinculada ao MAPA, que tem como missão viabilizar soluções sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimento e tecnologias em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Outra grande parceira da SFA/AP nas atividades de Defesa Agropecuária é a Federação da Agricultura no Estado do Amapá – FAEAP, que tem como missão representar o Produtor Rural, zelando pelos seus interesses, por meio dos Sindicatos Rurais, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da sociedade; sempre apóia a SFA/AP e DIAGRO/AP nas etapas de vacinação contra febre aftosa no Estado do Amapá.

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual vigente da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		012I				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais				
Iniciativa		Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – Departamento de Saúde Animal /DSA				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuário / SDA				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura no Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14) 10.686,15	(14) 10.686,15	(14) 10.686,15	(14) 10.686,15			(14) 10.686,15
(30) 2.285,70	(30) 2.285,70	(30) 2.285,70	(30) 2.285,70			(30) 2.285,70
(39) 47.000,00	(39) 47.000,00	(39) 47.000,00	(39) 36.470,41	(39) 18.821,37	(39) 10.529,59	(39) 17.549,04
(92) 2.992,50	(92) 2.992,50	(92) 2.992,50	(92) 2.992,50	(92) 2.992,50		
(41) 248.773,00	(41) 248.773,00	(41) 248.773,00			248.773,00	
(42) 274.199,55	(42) 274.199,55	(42) 274.199,55			(42) 274.199,55	
339036 – STP física; 335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 3330-41 – Convênio custeio; 4430-42 Convênio investimento.						

Fonte SIAF GERENCIAL

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área livre	Km ²	142.815	0	376.770,00 (de acordo com o POA2012/ FEBREAFTOSA)	21.474,97
2	Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao PNEFA	Demanda atendida	POR DEMANDA	Não houve		
3	Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12	12		
4	Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais - SIVCONT	Verificação atualizada	48	48		
5	Avaliar animais para fins de indenização	Avaliação realizada	POR DEMANDA	0		
6	Participar de reuniões técnicas	Reunião	12	12		

	(internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	realizada				
7	Participar de treinamentos em Febre Aftosa	Treinamento realizado	0	0		
8	Ministrar palestras sobre a Febre Aftosa	Palestra realizada	1	1		
9	Atender às convocações do DSA	Convocação atendida	0	0		
10	Analisar e enviar informes semestrais	Informe enviado	2	2		
11	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	1	2 (sendo 1 Auditoria PNEFA 2012)		
12	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Supervisão realizada	1	1 durante Auditoria PNEFA 2012		
13	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor	Supervisão realizada	3	3		
14	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade Local Supervisionada	12	19 (sendo 7 referentes à Auditoria PNEFA 2012)		
15	Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas	Revenda supervisionada	3	1 - Auditoria PNEFA 2012		
16	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais de risco para febre aftosa	Propriedade supervisionada	7	7		
17	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para Febre Aftosa (lixões, salgadeiras, etc)	Unidade Supervisionada	0	1		
18	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades vesiculares	Supervisão realizada	POR DEMANDA	0		
19	Atuar em focos confirmados de enfermidades vesiculares	Foco acompanhado	POR DEMANDA	Não houve caso confirmado de Doença		

				Vesicular		
20	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para Febre aftosa	Supervisão realizada	POR DEMANDA	Não houve		
68	Supervisionar ações nas zonas de alta vigilância	Supervisão realizada	Não há Zona de Alta Vigilância no Estado do Amapá	Não houve		
69	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	1	Não houve assinatura		
70	Emitir relatórios de acompanhamento	Relatório emitido	1	Não houve assinatura		
71	Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica	Plano de trabalho analisado		1		
72	Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica	Viabilidade analisada	1	1		
73	Analisar a prestação de contas de convênios	Prestação de contas analisada	POR DEMANDA	POR DEMANDA		
74	Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual e inclusive videoconferências)	Reunião realizada	POR DEMANDA	2		
75	Participar de treinamentos em Convênios	Treinamento realizado	POR DEMANDA	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa

Metas Físicas e Financeiras:

- O Plano Operativo Anual enviado pelo Departamento de Saúde Animal ao SIFISA/DDA-AP, através do Memo. Circ.nº184/2011-DSA/SDA de 08.12.2011, que visa dar visibilidade aos integrantes da Saúde Animal, Divisões Técnicas e Superintendentes nos Estados e integrantes do Departamento de Saúde Animal / MAPA sobre a programação e execução física e financeira para o exercício de 2012, onde estabeleceu as metas a serem executadas no ano de 2012 bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução das mesmas. Previa a meta financeira por trimestre, mas não permitiu correlacionar a meta financeira prevista para execução de cada meta física propostas. Desta forma, as planilhas de controle preenchidas pelo SIFISA não proporcionam nível de detalhamento que permita o preenchimento completo do campo destinado à meta financeira do Quadro A.4.4 com as informações que o mesmo requer. Dessa forma preenchemos a meta financeira com o orçamento geral previsto e realizado, que acreditamos serem os recursos descentralizados pelo DSA/SDA, para que o SIFISA/AP trabalhasse para que o Estado do Amapá atingisse tal status. Ocorre que varias etapas e muito trabalho, principalmente pelo Governo do Estado serão necessários para atingirmos tal meta e liberar o Estado do Amapá para o livre comercio da carne bovídea nacional e internacionalmente.
- No SIFISA/AP são designados responsáveis pelas atividades do PI FEBREAFTOSA o FFA Adriano Benicio Valadares, auxiliado pelos: Agente de Serviços Complementares Francisco Assis Nobre dos Santos, Agente Administrativo Zeneida Barbosa de Oliveira.

Análise Crítica

- Cumprimento das metas:

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;

- Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 8572. Usamos o INDICADOR ÁREA DECLARADA LIVRE DE AFTOSA apresentado no SIPLAN.

INDICADOR:

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2012, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\text{CUR}_{2012} = \text{CR}_{2012} : \text{QR}_{2012}$$

$$\text{CUR}_{2012} = 21.474,97:142.815\text{km}^2 = \text{R\$ } 0,15/ \text{ km}^2$$

Custo unitário programado (CUP) em 2012, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\text{CUP}_{2012} = \text{CP}_{2012} : \text{QP}_{2012}$$

$$\text{CUP}_{2012} = 376.770,00: 142.815 \text{ km}^2 = \text{R\$ } 2,66/ \text{ km}^2$$

Varição % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:

$$V(\%) = [(\text{CUR}_{2011} : \text{CUP}_{2011}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(0,15 : 2,66) - 1] \cdot 100 = -94,33\%$$

B) EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2011, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA}_{2012} = \text{QR}_{2012} - \text{QP}_{2012}$$

$$\text{VA}_{2012} = 142.815 \text{ km}^2 - 142.815 \text{ km}^2 = 0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2012, em percentagem:

$$\text{VR}_{2012} = [(\text{QR}_{2012} : \text{QP}_{2012}) \cdot 100$$

$$\% = (\text{QR}_{2012} : \text{QP}_{2012}) \cdot 100$$

$$\% = (142.815 \text{ km}^2 : 142.815 \text{ Km}^2) \cdot 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de Incidência das Doenças:

Formula:(Número de propriedades livres das doenças : Total de propriedades com rebanho no Estado) x 100

$$(1617:2709) \times 1000$$

TID:100%

A meta da Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – Departamento de Saúde Animal /DSA “Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE)” é taxativa segundo a Lei nº 12.593/2012. Adicionalmente incluiremos nesse relatório um indicador local “índice vacinal contra febre aftosa” que mede o índice de bovídeos vacinados em cada etapa de vacinação e demonstra se o programa foi efetivo ou não. A fórmula usada para cálculo do índice é: $IV = (\text{numero de bovídeos vacinados} : \text{numero de bovídeos existentes}) \times 100$

$$IV = (271.428 : 308.017) \times 100$$

$$IV = 88,12\%$$

Dessa forma acreditamos que a etapa única de vacinação contra febre aftosa, após as Operações Agulhas Oficiais 2009 e 2010, vem sendo efetiva, conforme demonstra os índices vacinais, dos anos anteriores na tabela abaixo:

Tabela 1- Índices de vacinação contra febre aftosa no estado do Amapá, 2007 a 2012.

Etapas de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos no Amapá - 2007 a maio de 2012	População bovina e bubalina		
	Envolvida na etapa	Vacinada	Cobertura Vacinal %
Maio 2007	315.291	8.901	2,82
Novembro 2007	315.291	136.981	43,45
Maio 2008	313.702	27.243	8,68
Novembro 2008	313.702	200.670	63,97
Maio 2009	313.702	43.690	13,93
Novembro 2009*	325.545	262.252	80,55
Maio 2010	316.207	4.646	1,47
Novembro 2010*	306.912	282.369	92,00
Novembro 2011	306.912	268.937	87,62
Novembro 2012	306.912	271.428	88,43

• Operação Agulha Oficial

Fonte: SIFISA/SFA/AP – DIAGRO_AP

• Tomamos como Indicador no novo PPA 2011/215, aprovado pela Lei nº 12.593/2012 para a análise dos resultados alcançados a Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa, embora o Estado do Amapá ainda não se encaixar nessa classificação, tendo atualmente evoluído de Zona Desconhecida para Zona de Alto Risco para Febre Aftosa. Por outro lado não se tem ocorrência oficial da doença a mais de 12 anos, conforme tabela abaixo, o que se evidencia que o Programa esta sendo efetivo no estado, mesmo o MAPA ainda não ter reconhecido o Estado do Amapá como Zona Livre de Febre Aftosa. Este SIFISA/AP não trabalha com dotação orçamentária inicial, somente prevê recursos quando elabora o POA/FEBREAFTOSA, desta forma os recursos orçamentários são descentralizados a SFA/AP pelo DSA/SDA mensalmente de acordo com a demanda do setor. Segundo informações do SIAF GERENCIAL foram descentralizados pelo PI FEBREAFTOSA em 2012 para aplicação pelo SIFISA/SFA/AP a quantia de R\$25.742,47. Ainda o SIAF GERENCIAL informou que foram também descentralizados, os valores de R\$ 522.972,55 no mesmo PI com destino à celebração do Convenio Animal MAPA/SFA-GEA/DIAGRO, onde tais recursos não foram aplicados, sendo transferidos para restos a pagar. A principal causa da não celebração do Convenio foi à inadimplência do Governo do Estado do Amapá, prejudicando de certa forma a execuções das ações pela DIAGRO/AP, principalmente no que tange a estruturação. A palavra inglesa accountability, amplamente usada pelos Estados modernos, significa em português: prestação de contas,

representando a obrigação legal e ética que tem o governante de informar como utiliza os recursos que lhe foram entregues pelo povo para empregá-los em benefício da sociedade e não em proveito próprio. Dessa forma os recursos descentralizados no PI FEBREAFTOSA foram aplicados em:

Tabela 2 – Valores Pagos SIFISA/SFA/AP

RÚBRICA	VALOR PAGO	OBJETIVO
3390-14	10.686,15	Pagamento de diárias a servidores em atividades de fiscalização, supervisão e educação sanitária.
3390-30	2.285,70	Aquisição de combustível para desenvolvimento de atividades do SIFISA/AP.
3390-39	17.549,04	Pagamento de conserto de veículos que foram usados pelo SIFISA/AP.

Fonte: SIAF GERENCIAL – SEOF/SFA/AP

Tabela 3 - Datas dos últimos focos de febre aftosa e períodos sem ocorrência da doença nos Estados da Região Amazônica.

Unidade Federativa	Data da última ocorrência de FA (mês/ano)	Período sem ocorrências (anos)
Amapá	Out/99	13
Roraima	Jun/01	11
Maranhão	Ago/01	11
Pará (área não livre)	Jun/04	08
Amazonas	Set/04	08

Fonte: DSA/SDA/MAPA

- Eventuais problemas de execução: Não houve maiores problemas relacionados à execução. Todos os recursos foram aplicados pelo SIFISA/AP de acordo com a orientação do DSA/SDA/MAPA. Devido ao contingenciamento no DSA/SDA não foi possível atender todas as demandas financeiras do SIFISA/AP, principalmente no desígnio de adquirir viatura e lancha para o setor.

- Superações significativas das metas estabelecidas: Segundo Lei nº 12.593/2012, que aprovou o PPA para o período 2012/2015, e o que consta no SIPLAN, tem como meta: obter o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa. O Estado do Amapá caminha para esse objetivo. Este ano o SIFISA/AP superou as metas de supervisões programadas de 12 para 19, sendo que também o DSA/SDA realizou auditoria nas UVL's da DIAGRO/AP, segundo relatório de auditoria DSA/SDA (anexo 01-SIFISA), neste relatório foi gerado 39 itens auditáveis que a DIAGRO/AP terá que implantar para corrigir as inconformidades encontradas e continuar na luta para contribuir com a melhora do status de classificação da ocorrência de febre aftosa no Estado do Amapá. Também podemos discorrer que o índice vacinal da etapa única de vacinação contra febre aftosa manteve-se no resultado esperado de 88,12%, segundo informações oficiais da DIAGRO/AP(anexo 02 SIFISA). Tal nível vem estabilizando-se positivamente desde o ano de 2009, quando a SFA/AP realizou, por ordem do DSA/SDA a mega Operação Agulha Oficial I e II, onde foram vacinados, cadastrados, georreferenciados, examinados clinicamente, quase todo o rebanho de bovídeos do Estado do Amapá, culminando com o reconhecimento nacional de zona de alto risco para febre aftosa.

- Restos a pagar: Análise crítica sobre o reflexo dos restos a pagar, especialmente os restos a pagar não processados, na execução do programa. Houve o valor na rubrica 339092 de R\$ 2.992,50 referente ao serviço de conserto de um motor de popa 40 HP. Também da rubrica 339039 ficou em restos a pagar processados o valor de R\$ 18.821,37 e em restos a pagar processado o valor de 10.529,59, tais recursos foram descentralizados para pagamento de conserto de veículos do SIFISV – Programa de Erradicação da Mosca da Carambola que foram usados pelo SIFISA/AP durante a Operação Agulha Oficial II. Também foi incluído em restos a pagar não processados, o valor orçamentário de R\$ 248.773,00 na rubrica 3330-41 e o valor de R\$ 274.199,55 na rubrica 4430-42 Convênio investimento, que seriam destinados a DIAGRO/AP, mas devido a inadimplência do Governo do Estado, o convenio não foi assinado pelo MAPA.

- O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A execução do PNEFA é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado, sendo de responsabilidade dos governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, a execução do PNEFA no âmbito estadual.

- As Ações do Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Amapá são diretas e descentralizadas e executadas pela Agencia de Defesa Agropecuária no Estado do Amapá – DIAGRO/AP, criada através da Lei Estadual nº 0869/2004 e recentemente regulamentada pelo Decreto Lei Estadual 2418 de 26 de junho de 2012, que cria sua competência em consonância com o Decreto Federal nº 5.741, de 30/3/06 que regulamenta o SUASA. Segundos os registros da DIAGRO, o ultimo caso de febre aftosa datou de 1997, atualmente a Instrução Normativa nº25 de 06.10.2010 classificou a situação para febre aftosa no Estado do Amapá em nível de alto risco (BR-4), segundo a Portaria nº04 de 21 de janeiro de 2000 define os critérios técnicos avaliativos para mudança de classificação de risco. Segundo o Decreto nº5. 741, de 30 de março de 2006, as ações desenvolvidas pela SFA/AP, especificamente pelo SIFISA/SFA-AP como Instancia Central e Superior é de natureza política, estratégica, normativa, se focam na supervisão das ações executadas pela DIAGRO/AP. No ano de 2012, através de uma requisição da DIAGRO/AP em conjuntos com outros Órgãos do setor primário, Associação dos Pecuaristas do Estado do Amapá – ASPA e Federação da Agricultura do Estado do Amapá – FAEAP, para transformação da vacinação contra febre aftosa no Estado do Amapá para etapa única, no período de 15 de outubro a 30 de novembro de 2012, totalizando 45 dias de vacinação. Após análise do SIFISA/AP, levando-se em contas principalmente os aspectos geoclimáticos do Estado do Amapá, bem como os índices vacinais atingidos nos anos anteriores as operações agulhas oficiais, a proposta foi autorizada pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA. Desta forma, a vacinação contra febre aftosa ocorreu em etapa única, em 45 dias, sendo prorrogada por mais 10 dias, abrangendo o período de 15 de outubro a 10 de dezembro de 2012. Esta etapa foi realizada pelo proprietário, que adquiriu as vacinas nas lojas comerciais localizadas principalmente em Macapá. Dessa forma a estratégia para fomento da etapa única de vacinação baseou-se em atividades de educação sanitária e divulgação na mídia sobre a importância da vacinação e sanções penais previstas. As atividades que este SIFISA/AP desenvolveu com aplicação de recursos descentralizados pelo DSA/SDA foram ao sentido de apoiar atividades de fomento da Etapa única de Vacinação contra febre aftosa ocorrida em outubro e dezembro de 2012 e também realizar supervisões nas UVL's da DIAGRO/AP. No ano de 2012, o Governo do Estado do Amapá patrocinou as inclusões na radio difusora, divulgando amplamente a etapa única de vacinação proporcionou uma economia considerável a SFA/AP.

- De modo geral as atividades da Ação 4842 foi eficiente e efetiva, pois todo o recurso descentralizado foi aplicado objetivamente. Tanto que o índice vacinal este ano aproximou-se dos 89%, considerado satisfatório, já que quem realizou a vacinação contra febre aftosa este ano foram os próprios proprietários, alias essa é a regra daqui para frente, pois não haverá mais mega operação Agulha Oficial.

- A Auditoria Oficial do DSA/SDA realizada no período de 03 a 07.12.2012, na DIAGRO/AP e nas suas UVL's, com objetivo de avaliar as atividades de defesa sanitária de defesa animal, pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA, no Estado. Dentre as principais inconformidades do serviço veterinário oficial apontadas na auditoria e nos relatórios de supervisão interna do SIFISA/AP, podemos listar a deficiência estrutural e de equipamentos, falta de pessoal treinado e conhecedor da legislação, falha de comunicação entre a central e unidades, atraso ou não envio de informações/relatórios, inexistência de kits para atendimento às emergências sanitárias, inexistência de ações voltadas à educação sanitária, inexistência de sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais, ausência de fiscalizações volantes, fiscalização precária nas barreiras de vigilância agropecuária, e necessidade de reformulação da legislação sanitária do Estado. Como ponto positivo podemos citar a implantação de Unidades Veterinárias Locais – UVL's, que aumentou de 03 para 12 UVL's, quando comparamos com a realização da ultima auditoria no ano de 2006. Também destacamos o índice vacinal obtido na etapa única de 2012 de 88, 12% fruto de esforços conjunto da SFA/AP, DIAGRO/AP e iniciativa privada. Através do Plano de Ação para atendimento a recomendação do relatório de auditoria, visando corrigir as inconformidades detectadas, manutenção e incremento do índice vacinal, o Estado do Amapá até 2015 poderá ser declarado livre de febre aftosa.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		012I				
Descrição		Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)				
Iniciativa		Ação 8658-Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA)				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura no Amapá				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14)	(14)	(14)	(14)	(14)	(14)	(14)
3.286,37	3.286,37	3.286,37	3.286,37	0,00	0,00	3.286,37
(30)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)	(30)
688,6	688,6	688,6	688,6	0,00	0,00	688,60
(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)	(39)
21.767,5	21.767,5	21.767,5	17.500	0,00	4.267,5	17.500,00
(41)	(41)	(41)	(41)	(41)	(41)	(41)
118.119,6	118.119,6	118.119,6	0,00	0,00	118.119,60	0,00
335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 3330-41 – Convênio custeio.						

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Propriedade atendida	Unidade	2.314	2.314	119.130,00	21.474, 97
2	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	2	2		
3	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de atendimento supervisionada	3	3		
4	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade local supervisionada	12	12		
5	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelos postos fixos de vigilância agropecuária e unidades volantes do órgão executor	Unidade supervisionada	1	1		
6	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelo executor em aglomerações de animais	Supervisão realizada	Por demanda *	1		
7	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais	Propriedade supervisionada	5	12		
8	Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos animais (abrigos, lixões, etc)	Unidade supervisionada	12	12		
9	Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda *	2		
10	Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais	Foco Acompanhado	Por demanda *	0		
11	Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda *	0		
12	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA e credenciamento para emissão de	Processo analisado	Por demanda *	0		

	CIS-E					
13	Enviar o cadastro atualizado de médicos veterinários habilitados e credenciados para a CTQA	Cadastro enviado	1	1		
14	Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados e credenciados junto a SFA	Supervisão realizada	3	4		
15	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI	Processo analisado	Por demanda *	0		
16	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para emissão de GTAs, certificados sanitários e declarações sanitárias de origem	Processo analisado	Por demanda *	0		
17	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para autorização da importação	Processo analisado	Por demanda *	0		
18	Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados	Treinamento realizado	1	0		
19	Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao trânsito ou aos programas sanitários	Demanda atendida	Por demanda *	0		
20	Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	Reunião realizada	Por demanda *	3		
21	Atualizar informações no SIPLAN	Informação atualizada	12	12		
22	Verificar semanalmente a atualização dos informes semanais - SIVCONT	Verificação atualizada	48	48		
23	Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais	Informes analisados e enviados	12	12		
24	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT	Processo analisado	Por demanda *	1		
25	Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados para atuar no PNCEBT	Supervisão realizada	4	4		
26	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de fiscalização de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT (irregularidades)	Processo analisado	Por demanda *	0		
27	Controlar a distribuição de insumos para diagnóstico da	Relatório emitido	12	12		

	brucelose e tuberculose (caso a distribuição seja feita pela SFA)					
28	Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	Reunião realizada	1	3		
29	Participar de treinamentos relacionados ao PNCEBT	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
30	Ministrar palestras sobre Brucelose e Tuberculose	Palestra ministrada	1	0		
31	Acompanhar focos de brucelose	Relatório e Notificações	Por demanda *	0		
32	Acompanhar focos de tuberculose	Relatório e Notificações	Por demanda *	0		
33	Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Propriedade fiscalizada	2	1		
34	Encaminhar amostras de tronco encefálico para vigilância ativa da EEB	Amostra encaminhada	Por demanda *	0		
35	Colher e processar amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais (colheita do material para envio ou realização de feed-test)	Amostra colhida ou analisada	2	1		
36	Analisar, emitir pareceres e concluir processos de indenizações	Processo analisado	Por demanda *	0		
37	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda *	0		
38	Participar de treinamentos relacionados ao PNCRH	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
39	Ministrar palestras sobre PNCRH	Palestra ministrada	1	0		
40	Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	0	0		
41	Analisar e emitir pareceres em processos de registro de granjas avícolas	Processo analisado	Por demanda *	0		
42	Certificar estabelecimentos avícolas de reprodução	Certificado emitido	Por demanda *	0		
43	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de aves visando a prevenção e controle das doenças	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda *	0		

44	Participar de treinamentos relacionados ao PNSA	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
45	Ministrar palestras sobre sanidade avícola	Palestra ministrada	1	0		
46	Receber e analisar os resultados dos exames laboratoriais para diagnóstico da AIE e Mormo dos laboratórios credenciados	Exame acompanhado	Por demanda	63		
47	Analisar e emitir pareceres em processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE	Processo analisado	0	0		
48	Concluir os processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE	Processo analisado	0	0		
49	Participar de treinamentos relacionados ao PNSE	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
50	Ministrar palestras sobre sanidade dos equídeos	Palestra ministrada	1	0		
51	Acompanhar focos de AIE	Relatório e Notificações	Por demanda *	0		
52	Analisar, emitir pareceres e concluir processos de certificação ou renovação de certificação de granjas de reprodutores de suídeos	Processo analisado	0	0		
53	Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais visando à prevenção e controle das doenças	Sacrifício ou acompanhamento realizado	Por demanda *	0		
54	Participar de treinamentos relacionados ao PNSS	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
55	Ministrar palestras sobre sanidade dos suínos	Palestra ministrada	1	0		
56	Participar de treinamentos relacionados ao PNSCO	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
57	Ministrar palestras sobre sanidade dos caprinos e ovinos	Palestra ministrada	0	0		
58	Participar de treinamentos relacionados ao PNSAp	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
59	Ministrar palestras sobre sanidade das abelhas	Palestra ministrada	0	0		
60	Participar de treinamentos relacionados ao PNCR	Treinamento realizado	Por demanda *	0		
61	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	Por demanda	0		

62	Emitir relatórios de acompanhamento	Relatório emitido	Por demanda	0		
63	Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica	Plano de trabalho analisado	1	1		
64	Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica	Viabilidade analisada	Por demanda *	1		
65	Analisar a prestação de contas de convênios	Prestação de contas analisada	Por demanda	0		
66	Participar de treinamentos em Convênios	Treinamento realizado	Por demanda *	1		
67	Capacitação de servidores do MAPA e órgão executor no Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal - edital CNPq/MAPA/DAS n° 064/2008	Servidores capacitados	4	4		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

(*) Por demanda:

Para evitar que algumas metas tivessem sua previsão subestimada ou superestimada optou-se por classificá-las nessa categoria

Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Metas Físicas e Financeiras:

O Plano operativo enviado pelo Departamento de Saúde Animal (DSA) ao Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA/DDA-AP), através do Memo. Circ. DSA/SDA de 08/12/2011 que estabelecia as metas a serem executadas no ano de 2012 bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução das mesmas previa a meta financeira por trimestre e não permitem correlacionar a meta financeira prevista para execução de cada meta física propostas. Desta forma, as planilhas de controle preenchidas pelo SIFISA/A não proporcionam nível de detalhamento que permita o preenchimento do campo destinado à meta financeira do Quadro A.4.4 com as informações que o mesmo requer.

No SIFISA/AP são designados responsáveis pelas atividades do PI PECANIMAL o FFA Renato da Rocha Portal, auxiliado pelos: Médico Veterinário, José Dorceles Paiva Rabelo, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos Jose Eli Viana de Souza. Um procedimento adotado com frequência foi à execução de várias metas físicas, de diferentes programas e planos internos, em uma mesma unidade ou município, reduzindo o custo em fiscalizações e melhorando a eficiência do trabalho em acordo com principio magno da economicidade.

Análise Crítica

- Cumprimento das metas:

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;

A Ação 8658 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2008/2011 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais têm com principal finalidade: Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. É uma ação de execução direta e descentralizada, a execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária.

Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 8572.

Usamos o INDICADOR: PROPRIEDADE ATENDIDADE apresentado no SIPLAN.

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Custo unitário realizado (CUR) em 2012, em reais é custo total realizado (CR) /quantidade realizada (QR) da meta física:

$$\text{CUR}_{2012} = \text{CR}_{2012} : \text{QR}_{2012}$$

$$\text{CUR}_{2012} = \mathbf{21.474,97} : 2314 = \text{R\$ } 9,28$$

Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais e custo total programado da ação CP)/ (quantidade programada (QP) da meta física.

$$\text{CUP}_{2012} = \text{CP}_{2012} : \text{QP}_{2012}$$

$$\text{CUP}_{2012} = \mathbf{119.130,00} : 2.314 = \text{R\$ } 51,48$$

Variação % entre o custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2012:

$$V(\%) = [(\text{CUR}_{2012} : \text{CUP}_{2012}) - 1] \cdot 100$$

$$V(\%) = [(9,28 : 51,48) - 1] \cdot 100 = -81,97\%$$

B) EFICÁCIA

Variação Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física Programada em 2011, em Quantidade da Meta Física.

$$\text{VA}_{2012} = \text{QR}_{2012} - \text{QP}_{2012}$$

$$\text{VA}_{2011} = 2.314 - 2.314 = 0$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR_{2008} = [(QR_{2008} : QP_{2008}) \cdot 100]$$

$$\% = (QR_{2008} : QP_{2008}) \cdot 100$$

$$\% = (2.314 : 2.314) \cdot 100 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Taxa de incidência das doenças:

Número de propriedades livres das doenças x 100

Total de propriedades com rebanho no Estado

Segundo informações do SIAF GERENCIAL, foi descentralizado para a SFA/AP o valor de R\$25.742,47, e pagos R\$ 25.742,47 onde tais valores foram gastos principalmente em diárias 3390-36(R\$3.286,37) nas atividades de fiscalização e supervisões do SIFISA/AP. Também foram adquiridos combustíveis para deslocamentos de técnicos em serviço do SIFISA/AP. Ainda, segundo informações do SIAG GERENCIAL foi descentralizado o valor orçamentário de R\$ 118.119,6 para celebração do Convenio Animal MAPA/SFA/AP – GEA/DIAGRO. O plano de trabalho do referido convenio foi inserido no SICONV e aprovado, mas devido à inadimplência do Governo do Estado apontada pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) o convênio animal não foi aprovado. As atividades da ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças de Animais são descentralizadas e executadas pela DIAGRO/AP.

No SIPLAN, foi programado a nível central o produto "propriedade atendida" no valor de 5.000 propriedades. Foi previsto corrigido, adaptado a realidade amapaense 2.314 propriedades e realizado 2.314 propriedades (100%). Tais valores são baseados em atendimentos que a DIAGRO/AP realiza (emissão de GTA, atendimento a suspeitas de doenças de notificação obrigatória, cadastramento/atualização de propriedades, fiscalização de transito, etc.). Este ano a Lei nº 12.593, de 18/1/2012 trouxe profundas mudanças nos indicadores do PPA 2011/2012, na Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL), o principal indicador da ação é “porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)”. – SDA/MAPA, sendo a meta “ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves”. Dando continuidade ao relatório, ainda não se pode calcular o numero de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina, segundo o que estabelece o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose - PNCEBT, pois no Estado do Amapá não existem propriedades com tais certificados.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi implantado através da Instrução Normativa nº 06, de 08 de janeiro de 2004, que dentre os principais objetivos, visa baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose e certificação de propriedades. Essas ações ainda não foram implementadas pela DIAGRO/AP que precisa normatizar essas ações baseada na legislação federal, estabelecendo dentre outras atividades, a vacinação obrigatória de fêmeas bovinas e bubalinas de 03 a 08 meses contra brucelose. A SFA/AP mantém 04 médicos veterinários habilitados a fazerem exames de brucelose e tuberculose, que realizam esporadicamente de acordo com a demanda dos proprietários. Basicamente esses exames

são feitos quando da aglomeração de animais na expo-feiras de Macapá, Amapá e Laranjal do Jarí. O Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSA foi instituído através da Instrução Normativa nº47, de 18 de junho de 2004. Não houve registro de casos esse ano no Estado do Amapá. Não há granjas comerciais de suínos e nem abatedouros no Estado. A criação é extensiva e de subsistência. Quanto a ocorrência da doença da vaca louca em rebanhos do país, o Brasil é livre de tal doença, segundo a Portaria SDA nº516 de 09 de dezembro de 1997. Dentre as diversas ações que a SFA/AP promove em conjunto com a DAIGRO/AP, destaca-se a fiscalização de graxarias e a fiscalização de propriedades onde se alimentam ruminantes com ração animal são as principais para se evitar que proprietários alimentem ruminantes com farinha de carne e osso, conforme disciplina a Instrução Normativa SDA nº 08, de 25 de março de 2004.

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros foi implantado pela Portaria SDFA nº168, de 27 de setembro de 2005. O índice Número total de casos confirmados de Raiva Bovina em rebanhos do país, no Amapá, não foi possível calcular, pois não houve registros da ocorrência da doença no Estado. Algumas ações precisam ser aplicadas pela DIAGRO/AP como o controle de morcegos hematófagos, obrigatoriedade da vacinação em áreas endêmicas.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola foi implantado através da Portaria nº193, de 19 de setembro de 1994. Até a presente data o Estado do Amapá ainda não aderiu ao Programa conforme determina a Instrução Normativa SDA nº 17, de 07 de abril de 2006.

O Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos foi implantado pela Instrução Normativa nº17, de 08 de maio de 2008. O Estado do Amapá é zona endêmica para Anemia Infecciosa Equina – AIE e o sacrifício são obrigatórios dos animais positivos. Ainda a DIAGRO/AP não está sacrificando os animais positivos. As ações baseiam-se em fiscalizações de equídeos quando de aglomerações em Expos-feira, informações conjunta com a SFA-AP/DIAGRO/AP.

Eventuais problemas de execução:

O SIFISA/AP atua através da delegação de competência para a execução de cada um dos referidos programas e/ou ações que são desempenhadas pela DIAGRO/AP, e supervisionam essas as ações desenvolvidas sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

As informações solicitadas pelo SIFISA/AP à DIAGRO/AP, tais como: relatórios, informes entre outros são enviados na maioria das vezes com atraso, em alguns casos muitas das vezes não são enviados, as atividades de vigilância são incipientes. Os principais problemas detectados na DIAGRO/AP na última supervisão e auditoria foi: número insuficiente de pessoal treinado, conhecedor da legislação de kits para atendimento à emergências sanitárias, deficiência no acompanhamento e desfecho de focos de brucelose e AIE, destaca-se a incipiência de ações voltadas à educação sanitária, ainda, não possui um sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais, ausência de cadastramento de outras espécies animais, além de bovinos e bubalinos, não exigência de comprovante de vacinação contra brucelose das fêmeas de bovídeos para emissão de GTA entre outros entraves.

Superações significativas das metas estabelecidas:

Cabe destacar a contratação, por concurso público, do quadro de pessoal da DIAGRO/AP, hoje consta com 41 Fiscais Agropecuários Estaduais veterinários.

Restos a pagar:

Ficou um valor de R\$ 4.267,5 na rubrica 3390.39 destinada a pagamento de conserto de veículos.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação							
Código	0278						
Descrição	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.						
Iniciativa	Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL) - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal /DIPOA						
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária / SDA						
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
339014	8.776,91	8.776,91	8.776,91	8.776,91	0,00		8.776,91
339030	160,80	160,80	160,80	160,80	0,00		160,80
339039	5.540,00	2.167,73	5.540,00	2.167,73	0,00	3.372,27	2.167,73
	14.477,71	11.105,44	14.477,71	11.105,44	0,00	3.372,27	11.105,44
339014 – Diária; 339030 – Consumo; 335039 – STP Jurídica							

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Treinamentos-Reunião Técnica	Treinamento realizado	Por demanda	01	R\$ 40.000,00 Valor Total conforme ao disponível no Plano Operativo Anual – POA 2012.	R\$ 11.105,44 Valor Total conforme ao disponível no SIAFI para o Plano Interno INSPANIMAL 3.
2	Fiscalização	Fiscalização realizada	11	6		
3	Supervisão	Supervisão realizada	4	1		
4	Coleta de Amostras	Coleta realizada	4	2		
5	Apoio Técnico ao SIFISA	Apoio realizado	Por demanda	0		
6	Capacitação/Reunião Técnica	Reunião realizada	Por demanda	03		
7	Ações do SISBI/POA	Ação realizada	Por demanda	0		
8	Ações de Combate a	Ação realizada	Por	1		

	Clandestinidade		demanda			
9	Semana de substituição (férias, imprevistos, outros)	Substituição realizada	Por demanda	0		
10	Acompanhamento <i>in locu</i> de SIF	Acompanhamento realizado	3	5		
11	Ações do DIPOA	Ação realizada	Por demanda	2		
12	Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12	12		
13	Vistoria de Terreno para implantação de indústria	Vistoria realizada	Por demanda	6		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Metas Físicas e Financeiras - O Plano operativo enviado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal ao SIFISA/DDA/SFA-AP estabelece as metas a serem executadas durante o ano, bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução de cada atividade, seja ela fiscalização, supervisão ou outras ações.

No Estado do Amapá há cinco Entrepósitos de Pescados sob o controle do Serviço de Inspeção Federal com produção média total de 3.700 toneladas de peixe, três estão localizados no município de Santana/AP e dois no município de Calçoene/AP.

O SIFISA/AP fiscaliza, na medida do possível, todos esses estabelecimentos, no mesmo deslocamento do fiscal ao respectivo município, com o fim de melhor utilização de recursos e de mão de obra.

Portanto, o orçamento previsto inicial fica sempre superior ao valor gasto porque o sistema calcula os gastos para cada atividade e não permite fazer esse tipo de observação, no SIFISA/AP são designados responsáveis pelas atividades do PI INSPANIMAL, a FFA Wanderleia de Barros Gomes, auxiliado pelos: Fiscal Federal Agropecuário Claudio João Zorthea.

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ.

A Ação 8938 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2012/2015 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal tem com principal finalidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal. É uma ação de execução direta e visa de modo global:

A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante - mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos

estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;

B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;

C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Bons Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;

D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.

Ação 8938 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2011/2015 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal têm como principal finalidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal. É uma ação de execução direta e visa de modo global:

Houve dificuldade na execução das metas em razão de nos primeiros meses a SFA/AP estar ainda sob Intervenção Federal iniciada em 2011. Houve ainda falta de mão de obra: sendo que a Fiscal responsável pelo PI INSPANIMAL 3 referente à Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal estava de licença maternidade. É imperante a escassez de mão de obra para as atividades de inspeção de produtos de origem animal. Vale ressaltar que no ano de 2005, atuando no Serviço de Inspeção Federal de Produtos de Origem Animal, havia 03 (três) Fiscais Federais Agropecuários (FFA's), 01 (um) Agente de Atividades Agropecuárias e, do concurso temporário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizado em 2004, 03 (três) Agentes de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (AIISPOA's).

No decorrer desses anos, ocorreu aposentadoria de Fiscais, remoções, transferências e o fim, em julho de 2008, do período do contrato dos AIISPOA's pertencentes ao quadro do referido concurso temporário. Em contrapartida, não houve reposição de FFA's e nem de AIISPOA's. O último concurso nacional para AIISPOA's realizado no ano de 2007 não foi ofertado ao Amapá

nenhuma vaga e no último concurso do MAPA para FFA's realizado também no ano de 2007 contemplou o Estado do Amapá com apenas 01 (uma) vaga para a Inspeção.

E após várias tentativas de se celebrar Acordos de Cooperação Técnica com o Estado e municípios não foram possíveis chegar a uma conclusão frente aos problemas político-administrativos enfrentados pelo Amapá. Atualmente, há somente 01 (um) FFA para atender a todas as demandas do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal com processo de pedido de remoção indeferido frente à escassez de fiscal para a substituição. Visando atenuar essa falta de pessoal, no ano de 2012, o SIFISA/DDA/SFA-AP encontrou como saída provisória realizar um processo de seleção de Auxiliares de Inspeção, conforme preceitua o Artigo 102 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), enquanto se aguarda um novo concurso do MAPA.

Análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade

Usamos o estabelecimento inspecionado apresentado no SIPLAN.

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 7/7 = 1$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/N° Estabelecimento Fiscalizado – ICF
 $\text{ICF} = 11.105,44/7 = \text{R\$ } 1.586,50/\text{fiscalização}.$

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 5/5 = 1 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas

$$\text{ICP} = 2/2 = 1 = 100\%$$

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		Código 013F				
Descrição		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.				
Iniciativa		Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14) 4.340,30	(14) 4.340,30	(14) 4.340,30	(14) 4.340,30			(14) 4.340,30
(1) 339014 – Diária.						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	213	216	R\$ 122.722,00	R\$ 4.340,15
2	Atender denuncia irregularidade	Atendimento	Por demanda	0		
3	Coleta de amostra	Coleta	Por demanda e sorteio	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Segundo a Lei nº 12.593/2012, que criou o PPA 2012/2015, a ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA) tem com principal finalidade: Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal. O trabalho envolve fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo a implementação das BPF nos estabelecimentos; e a participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

O PI - FISCINAM tem previsto apenas um produto descrito no SIPLAN: FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Os indicadores para a ação PI - FISCINAN foram criados objetivando, a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

A eficiência foi calculada para algumas atividades executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal, em um determinado período de tempo.

A eficácia também foi determinada para as atividades executadas, sendo considerada como o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade, conforme o cálculo abaixo:

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2012 no exercício da fiscalização.

Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade.

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 216/1 = 1$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/N° Estabelecimento Fiscalizado – ICF
 $\text{ICF} = 4.340,15/216 = 20,09$ Reais por fiscalização

B) EFICACIA

Estabelecimentos Fiscalizados: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 216/213 = 1 = 101\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas.

Não foi possível calcular a Efetividade, pois o SIFISA/AP não foi sorteado para coletar amostras, pois ainda não temos fabricas de rações e insumos agropecuários no Estado do Amapá. As fiscalizações são feitas em produtos acabados vindo de outras unidades da federação

As atividades do PI FISCINAN ainda são centralizadas no nível de SFA/AP e consiste basicamente em fiscalizações de fabrica de rações e insumos agropecuários. No Estado do Amapá ainda não existem implantadas fabricas de rações; a fiscalização se processa no comercio varejista de ração animal. As metas do PI - FISCINAN foram totalmente cumpridas no ano de 2012. As atividades são desenvolvidas pelo Fiscal Federal Francisco Canindé e 01 Auxiliar Agropecuária Jose Nascimento Pinto. Também não há disponibilidade exclusiva de veículos para as atividades. Foram fiscalizados 101% dos estabelecimentos comercializadores, enfatizando-se os de maior impacto no comércio de rações em razão de sua maior expressividade no Estado. O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância

para o cumprimento das metas programadas. A Fiscalização ocorre em comércio na cidade de Macapá e em outros municípios do Estado. Vale ressaltar que os recursos **R\$ 4.340,15** pagos, foram usados em pagamento de diárias para os técnicos realizarem as fiscalizações fora da área metropolitana. Todas as metas físicas foram atingidas, inclusive com superação da prevista. As metas financeiras não foram atingidas, devido principalmente a cotização de recursos orçamentários e financeiros a nível central, sendo que alguns investimentos foram programados, porém não houve liberação de recurso.

Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso para a aquisição de material permanente.

Restos a pagar:

Não ficaram restos a pagar de acordo com as informações do setor responsável.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		Código 013F				
Descrição		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.				
Iniciativa		Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET)				
Unidade Responsável		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(14) 2579,47	(14) 2579,47	(14) 2579,47	(14) 2579,47			(14) 2.579,47
(30) 421,6	(30) 421,6	(30) 421,6	(30) 421,6			(30) 421,60
339014 – Diária. 339030 – Consumo						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	67	67	R\$ 3.001,07	R\$ 3.001,07
2	Atender denuncia irregularidade	Atendimento	Por demanda	5		
3	Coleta de amostra	Coleta	Por demanda	0		

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Ação 2140 do quadro acima, descrita na Lei do PPA 2012/2015 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário tem com principal finalidade: Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais. É uma ação de execução direta, realizada pelo Fiscal Federal Agropecuário Francisco Canindé da Silva e pelo Agente de Atividades Agropecuárias Jose do Nascimento Pinto, através de licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento, capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. Inicialmente vamos iniciar a análise do resultado alcançado calculando os Índices de Eficácia, Eficiência e Efetividade da Ação 2140. O PI - FISPROVET tem previsto no PPA, apenas um produto descrito no SIPLAN:

FISCALIZAÇÃO REALIZADA

a) Utilidade do Indicador: Medir a relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

b) Tipo: Eficácia, Eficiência e Efetividade

A) EFICIÊNCIA:

Produtividade no Serviço na Fiscalização: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Total de Fiscais envolvidos – IPF

$$\text{IPF} = 67/1 = 67$$

Custo da Fiscalização: Recurso Financeiro despendido/N° Estabelecimento Fiscalizado – ICF

$$\text{ICF} = 5.352,54 / 67 = \text{R\$ } 44,79/\text{fiscalização}$$

B) EFICÁCIA

Estabelecimentos Fiscalizados: N° Estabelecimentos Fiscalizados/N° Estabelecimentos Registrados – IEF

$$\text{IEF} = 67/67 = 1 = 100\%$$

C) EFETIVIDADE

Conformidade de Produtos: N° de Amostras de Produtos em Conformidade/N° Total de Análises Realizadas. Não foi possível calcular a Efetividade da ação, pois o SIFISA/AP não foi sorteado para coletar amostras, pois ainda não temos laboratórios produtores de medicamentos veterinários no Estado do Amapá. As fiscalizações são feitas em medicamentos veterinários vindo de outras unidades da federação.

No SIFISA/SFA-AP, a dotação orçamentária é mensal, descentralizada pelo Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários – DFIP; as atividades de Fiscalização de Produtos Veterinários são desenvolvidas no SIFISA/AP por um técnico em Agropecuária e um Fiscal Federal Agropecuário – FFA.

As atividades do PI FISPROVET são baseadas no Decreto Lei nº 467/1969; Decreto nº5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996; possuem o objetivo no Estado do Amapá, de garantir a qualidade dos produtos veterinários vendidos no comércio local. Vale ressaltar que ainda não existem indústrias de produtos veterinários no Estado, onde é a competência da SFA/AP, atuar na indústria. Importante frisar que dos R\$ 3.001,07 dotados a SFA/AP, R\$ 2.579,47 foram destinados para o pagamento de diárias de técnicos do SIFISA/AP em deslocamento fora da área metropolitana de Macapá, e o restante R\$ 421,60, usados para pagamento de combustível. Este ano os recursos empregados foram usados exclusivamente nas ações previstas pelo PI FISPROVET

Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso para a aquisição de material permanente.

Restos a pagar:

Não ficou restos a pagar de acordo com informação do setor responsável.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	Código 013F					
Descrição	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.					
Iniciativa	Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários					
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP (130100)					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
00	00	00	00	00	00	00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	Unidade	00	00	00	00

Fonte: Siafi Gerencial/SIPLAN/SIFISA/AP

Justificativa da Ação:

Apesar da Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA) está descrita no POA 2012/2015 e SIPLAN 2012, não há atividades e nem descentralização de recursos orçamentários para o SIFISA/AP.

SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV

- Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá

O programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Amapá teve sua execução sob responsabilidade da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP .

1. PROGRAMA DEFESA AGROPECUÁRIA - 2028

Objetivo Geral - Tem como proposta minimizar o risco da introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.

2. DADOS GERAIS DA AÇÃO

- Ação 4738 - Erradicação da Mosca-da-Carambola – ERRADMOSCA

Tipo	Atividade
Objetivo	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da mosca <i>Bactrocera carambolae</i> e dar garantia de sanidade vegetal em todo território nacional
Descrição	Monitoramento, combate, fiscalização fitossanitária, técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingressos nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Indicador	Nº de municípios com incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal- DSV/SDA
Unidades Executoras	SIFISV/DDA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Departamento de Sanidade Vegetal-DSV/SDA
Coordenador da Ação Nacional	Drª Maria Júlia Signoretty Godoy
Coordenador da Ação Estadual	Liliam Pastana Monteiro

Fonte: SIFISV/SFA/AP - 2012.

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores

4. HISTÓRICO

A Mosca-da-Carambola é uma das espécies de Moscas-das-Frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto presidencial nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura como áreas de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos dezessete anos vêm sendo executadas medidas de controle para sua erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro do Estado e para outros Estados brasileiros.

Em fevereiro de 2007 houve ocorrência de focos de *Bactrocera carambolae* no Distrito de Monte Dourado- Almerim (Pará), mas em abril de 2008, o mesmo foi declarado “área livre”, após seis meses sem a presença da praga, com as ações técnicas intensivas aplicadas pelo Ministério da agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, através do Departamento de Sanidade Vegetal - DSV e das Superintendências do Amapá e Pará e das parcerias com outras instituições que atuaram na execução do Programa. Posteriormente em 2012 houve uma segunda ocorrência da praga naquele município paraense e também em Laranjal do Jarí, os quais foram imediatamente debelados.

A introdução da Mosca-da-Carambola no território paraense acarretará impactos na economia estadual e nacional. Para a fruticultura nacional as perdas diretas chegariam a US\$ 200 milhões, conforme estimativa de trabalho publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA considerando que a praga poderá alcançar mais rapidamente as regiões Nordeste, Sul e Sudeste e vir causar aumento nos custos de produção, impactos ambientais e queda nas exportações de frutos “*in natura*” e além de deixar 200 mil famílias prejudicadas.

Plano de Trabalho de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Sul do Estado do Amapá-2012

1- Implementação do Plano:

A Mosca-da-Carambola (MC) foi detectada no Brasil em 1996 no município de Oiapoque e no município de Santana em 2000. Época em que a praga se expandiu para diversas localidades da região Sul do Estado do Amapá.

A população da praga aumentou gradativamente, sendo encontrada em praticamente toda a área urbana de Macapá, Santana, ocasionando focos com alta prevalência.

Em 2012 foram combatidos focos em Macapá, Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Pedra Branca, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Pacuí, Itaubal do Pírrim e Cutias do Araguari. Tecnicamente, considera-se foco a **detecção de “uma espécime” de *Bactrocera Carambolae*** na área monitorada, condição que resulta na implementação imediata de um plano emergencial, em tempo máximo de até 48 horas.

Dado intenso tráfego de barcos do Porto de Santana para o baixo e médio Amazonas e Belém, e os vôos diários que deixam Macapá rumo ao restante do país, a presença da praga nesta região apresenta risco constante de estabelecimento em outras regiões do Brasil. O Estado do Amapá monitora mensalmente os seus dezesseis municípios e o Estado do Pará monitora municípios do Médio Amazonas desde o município de Juriti até o de Almerim.

Em fevereiro de 2007 a Mosca-da-Carambola foi detectada no Distrito de Monte Dourado (Almerim-Pa). Em março de 2008, por ação conjunta Pará e Amapá, a praga foi erradicada daquela área. Este fato é um exemplo típico de parceria que pode se repetir em outras situações e em outras áreas do país.

Assim é fundamental controlar e erradicar a MC do Estado do Amapá.

2- Objetivo

O objetivo do Plano foi explicitar as ações necessárias para a erradicação ou controle de Mosca-da-Carambola, em todos os municípios do Amapá, utilizando o conceito internacional de controle em área ampla.

No caso da erradicação não ser alcançada no período estabelecido da execução do plano, e a população da praga não atingir o nível próximo á zero, um novo plano de trabalho deverá ser elaborado para atingir sua supressão.

A execução das ações deste plano de trabalho no período de 2009 a 2012 é de responsabilidade do SIFISV/ SFA/AP.

A área de execução do plano abrange todo território Amapaense, dando ênfase ao monitoramento e controle nos municípios de foco da praga e com frequência quinzenal ou mensal das ações.

3- Infra-Estrutura do Plano em 2012

3.1 Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS	QUANTIDADE
Fiscais Federais Agropecuários do SIFISV/AP.	04
Agentes de Atividades Agropecuárias- SIFISV/AP.	03
Servidores da SFA/AP - administrativos e motoristas.	11
Auxiliares de campo (Contratadas por empresas terceirizadas para as atividades de campo).	72
Servidores da DIAGRO/AP Termo de Cooperação Técnica.	16
TOTAL	106

Fonte: SIFISV/SFA/AP 2012

3.2 Veículos e Materiais

O Plano dispõe de uma frota vinte e seis veículos tipo pick-up, assim como materiais necessários para ações de monitoramento e controle (torula, metil-eugenol, armadilhas Jackson e McPhail, proteína hidrolisada, malathion, sacos plásticos, arames e outros). No Estado foram formadas 36 equipes , sendo cada equipe constituídas de 2 combatentes e 1 coordenador, atuando em uma área pré-estabelecida denominada de rota.

4. **Envolvimento Institucional e Definições de Responsabilidades:**

- **Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/MAPA:** Coordenação do Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola, representada pela Fiscal federal Agropecuária **Maria Julia Signoretti Godoy**.

Tem a responsabilidade de coordenar todas as ações de planejamento, supervisão e avaliação do plano e interceder junto ao DSV intuito de disponibilizar os recursos orçamentários e financeiros necessários a execução do Programa.

- **Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP:** Representada pelo Superintendente Petrus Pahulus Cavalcante Ramos e pelos Fiscais Federais Agropecuários Adelson Alfonso Carneiro Fernandes - Chefe do Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - **SIFISV/SFA/AP**, posteriormente substituído pela FFA Líliam Pastana Monteiro; Rubilar da Rocha Portal – Responsável pela Coordenação Técnico-Administrativa do Programa; Carlos Alberto Pereira de Carvalho – Responsável Técnico pelo PI – Erradmosca; pelo Agente de Atividades Agropecuárias José Mac-Dowell Pires Filho - Responsável pela Supervisão de Campo e as servidoras Maria Eliana Costa Queiroz, Jacirene Ferreira Maia e Luzia da Silva Picanço, responsáveis pelas atividades do Núcleo de Educação Sanitária.

Têm a responsabilidade da coordenação local e execução das ações de monitoramento e controle (combate) preconizadas neste Plano, além de fornecer toda a estrutura física como: depósitos, materiais e serviços de terceiros; apoio administrativo e logístico; alocação de recursos humanos do MAPA e terceirizados. O SIFISV/AP também atua como responsável pela obtenção, processamento e disponibilização de dados e outras informações para o Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

Superintendência Federal de Agricultura no Pará - SFA/PA: Representada pela Fiscal Federal Agropecuária Wilda da Silva Pinto Pacheco – Chefa do SIFISV/PA - responsável pelo assessoramento do planejamento, avaliação e capacitação, referentes à execução desse Plano. Realizou pagamentos eventuais de viagens e diárias para servidores e consultores necessários à execução desse Plano conforme demanda do Departamento de Sanidade Vegetal em Brasília.

- **Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá - DIAGRO-** Representada pelo Engenheiro Agrônomo Charles Ferreira Brito, Coordenador Estadual do PNEMC/DIAGRO que disponibilizou recursos humanos (Engº Agrônomos e Técnicos Agrícolas) para compor as equipes de campo que atuam no Estado do Amapá.

• **Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA:** Representada pelos Engº. Agrônomo Leonardo Magno Marques Moraes, Técnico da Defesa e Inspeção Agropecuária.

Disponibilizou recursos humanos para compor as equipes de campo que atuam na fronteira Amapá/Pará na execução do Plano de Pós-erradicação do Vale do Jarí.

5. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS.

As dificuldades enfrentadas na condução do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá em 2012, além de fatores climáticos, foram:

- Falta de técnicos responsáveis pelos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jarí, assim como veículos para apoiar as atividades de monitoramento e combate.

- Setor administrativo/SFA/AP não consegue responder em tempo hábil a demanda do Programa, tendo dificuldade em realizar a aquisição de materiais de consumo necessários à implementação do Programa como: Inseticida, arame, sacos plásticos, luvas e outros, em quantidade suficiente para atendimento das necessidades; condição esta ainda reflexo da intervenção ocorrida na SFA/AP com a extinção da Comissão de Licitação, que possuía experiência e a nomeação de uma outra Comissão sem a devida vivência necessária para realização dos certames (pregão eletrônico) conforme determina a legislação.

- Quanto a UTRA de Laranjal do Jarí, a equipe alocada naquela unidade não atendeu aos objetivos e expectativas propostas pelo Programa de Pós-Eradicação da praga; houve dificuldades administrativas, como a falta de pessoal (o motorista teve problema de saúde, foi afastado e não foi substituído e o Fiscal Federal Agropecuário – responsável pela unidade foi transferido para Macapá, permanecendo somente a funcionária administrativa).

- Quanto ao Oiapoque, não existe disponibilidade de técnico para coordenar a equipe local de monitoramento e combate, assim como a inexistência de veículo e combustível. Ante esta condição, os trabalhos estão sendo realizados somente na área urbana, ficando as demais áreas sem cobertura ou, sendo realizadas esporadicamente, ou seja, por ocasião do deslocamento de uma equipe de Macapá.

- Na programação de ação de controle estava prevista a aplicação de 440.000 blocos na modalidade Técnica de Aniquilamento de Macho - (MAT), sendo aplicados apenas 62.404 blocos, o que corresponde a 14,18% do programado, em virtude da falta de aquisição de materiais (aramé e inseticida), conforme já citado anteriormente.

- Insuficiência de pessoal técnico em agropecuária para coordenar as equipes de controle nas 20 rotas (áreas) de Macapá e Santana, o que nos leva a lançar mão de servidores administrativos, que evidenciam desvio de função desde o início do Programa.

6. Resultados Alcançados

Quadro I – Metas Físicas: Ações de Monitoramento, Controle e Resultado

Quadro I - PI - ERRADMOSCA

Ação 4738 – Erradicação da Mosca-da-Carambola.						
PI	PRODUTO	FÍSICO				
ERRADMOSCA	Área controlada (Ha.)	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada		Meta a ser Realizar em 2012
		14.281.458	14.281.458	14.281.458	00	14.281.458

Fonte: SIFISV-SFA/AP - 2012

Quadro II – DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO:

Créditos Orçamentários descentralizados no PI – ERRADMOSCA - 2012

METAS	PREVISTAS		REALIZADAS	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Área controlada (ha)	14.281.458	2.212.869,35	14.281.458	2.067.169,96
Área monitorada (ha)	14.281.458		14.281.458	
Armadilha instalada (unidade)	2.242		2.562	
Treinamento de Técnicos da DIAGRO	0		0	
Participação de FFA como instrutor em curso	0		0	
Combatentes contratados capacitados	72		72	
TOTAL		2.212.869,35		2.067.169,96

Fonte: SIFISV-SFA/AP - 2012

Quadro III – MOSCAS CAPTURADAS EM ARMADILHAS NOS MUNICÍPIOS - 2012

MUNICÍPIOS	CAPTURA	PERCENTUAL
MACAPÁ	54.466	59,19
PORTO GRANDE	12.633	13,73
SANTANA	11.425	12,41
OIAPOQUE	6.499	7,07
CALÇOENE	2.104	2,29
ITAUBAL	1.905	2,07
CUTIAS DO ARAGUARI	1.279	1,39
TARTARUGALZINHO	909	0,99
FERREIRA GOMES	574	0,62
MAZAGÃO	220	0,24
PEDRA BRANCA	11	0,01
AMAPÁ	5	0,00
SERRA DO NAVIO	3	0,00
PRACUÚBA	0	0
LARANJAL DO JARÍ	0	0
VITÓRIA DO JARÍ	0	0
TOTAL	92.033	100%

Fonte: SIFISV-SFA/AP-2012

QUADRO IV – AÇÕES DE MONITORAMENTO - RESULTADOS - 2012

MUNICÍPIOS	Nº DE ARMADILHAS	CAPTURA POR MUNICÍPIO	PERCENTUAL POR MUNICÍPIO
MACAPÁ	1.142	80.077	53,51
SANTANA	388	22.500	15,04
PORTO GRANDE	152	16.837	11,25
CALÇOENE	79	7.438	4,97
OIAPOQUE	112	6.237	4,17
FERREIRA GOMES	69	3.534	2,36
MAZAGÃO	148	3.391	2,27
PEDRA BRANCA	29	2.610	1,74
TARTARUGALZINHO	80	1.848	1,23
ITAUBAL	30	1.809	1,21
CUTIAS DO ARAGUARÍ	27	1.504	1,01
SERRA DO NAVIO	18	1.445	0,97
AMAPÁ	39	288	0,19
PRACUÚBA	15	114	0,08
LARANJAL DO JARÍ	182	3	–
VITÓRIA DO JARÍ	52	0	0
TOTAL	2.562	149.635	100

Fonte: SIFISV-SFA/AP-2012

(*)- dados com repetição

QUADRO V – AÇÕES DE CONTROLE – RESULTADOS - 2012

MUNICÍPIOS	FRUTOS COLETADOS Kg	HOSPEDEIRO ERRADICADO	BLOCOS DISTRIBUIDOS MAT	PLANTAS PULVERIZADAS
				ISCAS TOXICAS
MACAPÁ	16.227	16	24.300	2.363.415
SANTANA	9.853	4	9.400	784.745
PORTO GRANDE	330	0	5.824	77.492
CALÇOENE	2.330	0	1.900	89.931
OIAPOQUE	200	0	4.500	140.638
FERREIRA GOMES	4.847	0	2.400	126.065
MAZAGÃO	176	0	3.800	185.024
PEDRA BRANCA	674	15	500	6.534
TARTARUGALZINHO	3.067	150	2.100	86.255
ITAUBAL	220	0	900	20.587
CUTIAS	265	1	600	24.767
SERRA DO NAVIO	215	0	860	20.960
AMAPÁ	425	0	800	50.342
PRACUÚBA	100	0	360	2.501
LARANJAL DO JARÍ	243	156	4.160	37.313
VITÓRIA DO JARÍ	0	0	0	0
TOTAL	39.172	342	68.404	4.016.569

Fonte: SIFISV-SFA/AP-2012

Quadro VI – Metas Financeiras: Recursos Aplicados

QUADRO VI- RECURSOS APLICADOS POR ELEMENTO DE DESPESAS EM 2012

PI – ERRADMOSCA – AÇÃO 4738 - 2012

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	POR INSC. EM RP - PROC (R\$)	LIQUIDADADO A PAGAR (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	META REALIZADA Ha	META A SER REALIZADA EM 2013 Ha
33.90.14	70.781,75	70.054,34		727,41	70.054,34	14.281.458	14.281.458
33.90-30	84.401,59	51.030,40	33.371,19		51.030,40		
33.90.36	4.071,00	4.071,00	0		4.071,00		
33.90.39	1.949.007,31	1.942.126,72	6.880,59	112,50	1.942.014,22		
33.3041	104.607,70		104.607,70				
TOTAL	2.212.869,35	2.068.009,87	144.859,48	839,91	2.067.169,96	-	-

Fonte:SEOF-SFA/AP-2012

PI – PCE- VEGETAL – AÇÃO 8572 - 2012 UTILIZADO NO PI - ERRADMOSCA

ELEMENTO DE DESPESA	DESENAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	POR INSC. EM RP - PROC (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	META PREVISTA Ha	META REALIZADA Ha	META A SER REALIZADA EM 2013 Ha
33.90.14	8.076,61			8.076,61	14.281.458	14.281.458	14.281.458
33.90.36	1.593,00	1.593,61		1.593,61			
33.90.39	423.419,01	423.419,01	423.419,01				
33.30.41	134.633,78	134.633,78	134.633,78				
TOTAL	567.722,40	9.669,61	558.052,79	9.669,61	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI - GERENCIAL

PI – VIGIFITO– AÇÃO 2134 - 2012

ELEMENTO DE DESPESA	DESESAS EMPENHADAS (R\$)	POR INSC. EM RP - PROC (R\$)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2013
44.30-42	263.872,00	263.872,00	CONVÊNIO	CONVÊNIO	CONVÊNIO
TOTAL	263.872,00	263.872,00	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI – GERENCIAL

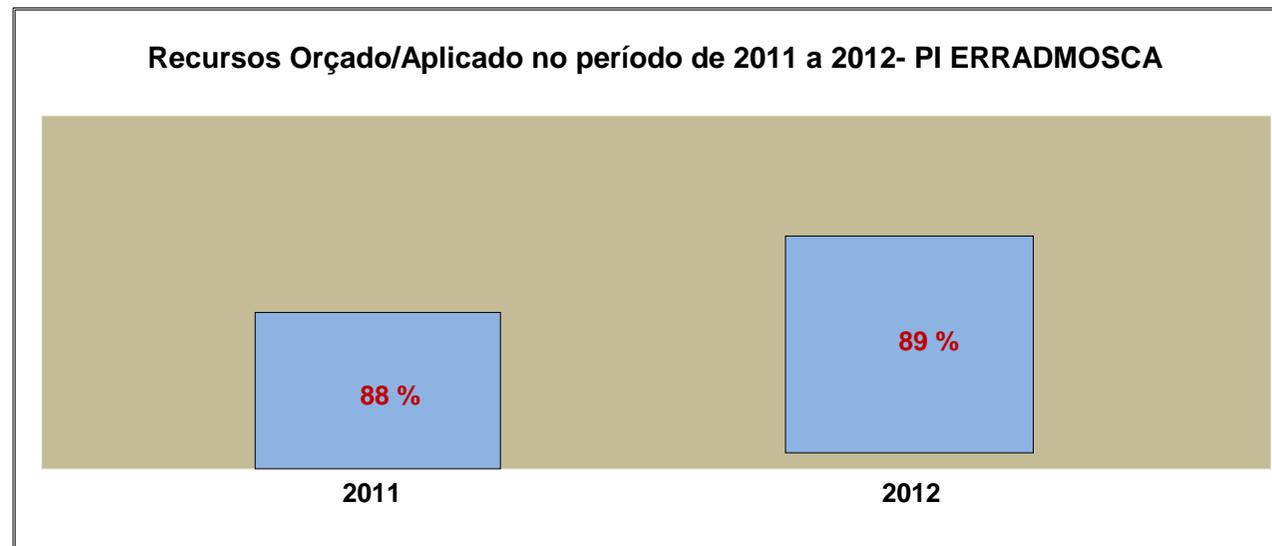
ELEMENTO DE DESPESA 2011				ELEMENTO DE DESPESA 2012			
ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%	ELEMENTO DE DESPESA	ORÇADO	APLICADO	%
33.9014	47.521,63	41.991,02	88,36	33.9014	70.781,75	70.054,34	98
33.9030	214.555,00	214.258,77	99,86	33.9030	84.401,59	51.030,40	60
33.9033	2.200,00	2.159,12	97,73	33.9033	-	-	-
33.9036	30.600,00	0	0	33.9036	4.071,00	4.071,00	100
33.9039	1.880.489,45	1.661.519,66	88,35	33.9039	1.949.007,31	1.942.014,22	99
33.9052	-	-	-	33.9052	-	-	-
33.9047	-	-	-	33.9047	-	-	-
33.91.92	-	-	-	33.91.92	-	-	-
33.90.92	2.602,00	2.601,25	99,97	33.90.92	-	-	-
	2.177.968,08	1.922.529,82	88,17		2.177.968,08	1.922.529,82	89

Fonte: SEOF/SIAFI - GERENCIAL

QUADRO VII – COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS DE 2011 E 2012

Dos recursos financeiros descentralizados à ação do PI ERRADMOSCA em 2012, foram utilizados 89%, como demonstrado no quadro N° VII. Muito embora tenha ocorrido descentralização de recursos nos PIs PCEVEGETAL e VIGIFITO, tais planos não foram executados diretamente, entretanto, por tratarem-se de ações com interface e objetivos relacionados à Defesa Vegetal Nacional, os mesmos foram utilizados para suprir o déficit orçamentário do PI específico, no caso o PI ERRADMOSCA.

QUADRO VIII - DESEMPENHO FINANCEIRO - 2011 e 2012



Fonte: SIFISV-SFA/AP-2012

7. ANÁLISE DO DESEMPENHO

7.1 - Desempenho Operacional

Em 2012 a SFA/AP, através do Setor competente SIFISV/DDA/SFA/AP, em conjunto com a DIAGRO-AP realizaram ações de monitoramento e controle da praga Mosca-da-Carambola nos 16 municípios do Estado do Amapá. Os municípios com maiores registros de ocorrências foram: Macapá com 53,51% das capturas no Estado; Santana com 15,04%; Porto Grande com 11,25%; Calçoene com 4,97% e Oiapoque com 4,17 %, totalizando 88,94%.

Dos 16 municípios do Estado, somente o de Vitória do Jarí não registrou ocorrência da praga Mosca-da-Carambola, conforme demonstrativo - Quadro III

Os municípios de Oiapoque e Calçoene foram prejudicados na execução das ações de monitoramento e controle por problemas de escassez de recursos humanos (fiscal, auxiliar técnico e motorista) para viabilização das ações de monitoramento e controle em todas as áreas dos municípios (área ampla).

As transferências de recursos humanos da SFA-AP para outras Superintendências e até mesmo para o MAPA (órgão central), esvaziou cada vez mais o quadro técnico da SFA-AP que por sua vez não pode ser renovado em curto prazo.

A UTRA de Laranjal do Jarí que tem a manutenção de uma área declarada livre da praga, cujo principal motivo de sua criação, ainda enfrenta dificuldades para complementar a alocação de uma equipe técnica e administrativa para seu completo funcionamento. Tais dificuldades prejudicam em muito a qualidade das ações naquela área de fronteira interestadual (Amapá e Pará). Por outro lado, a transferência do único Fiscal Federal Agropecuário que atuava na UVAGRO de Oiapoque e da UTRA do Laranjal do Jarí, portanto responsáveis pelas ações de monitoramento e controle da Mosca-da-Carambola nos municípios de Oiapoque/Calçoene e Laranjal do Jarí/Vitória do Jarí, resultaram em paralisações temporárias dessas atividades, sendo executadas estas somente quando se deslocavam equipes de Macapá para atuarem nas referidas áreas e assim executarem as ações que se faziam necessárias (monitoramento e controle). Essa situação acarretou aumento de despesas com o deslocamento das equipes envolvendo: combustível, diárias e desgastes de veículos, principalmente no período invernosos onde as precárias condições das estradas, ocasionam maiores desgastes dos veículos.

Em 2012 foram implementados os repasses das áreas (rotas) para a Agência de Defesa Agropecuária do Amapá – DIAGRO para execução das ações de monitoramento e controle da mosca da carambola, respaldado pelo Termo de Cooperação Técnica Nº 001/2010, celebrado entre o MAPA, a DIAGRO, a SFA/PA e a ADEPARÁ. Através do referido acordo, a SFA/AP, coordenadora local do Programa, repassou para a DIAGRO 15 veículos tipo FIAT Strada para apoiar as atividades nas ações supramencionadas, assim como disponibilizou o combustível e a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos. Também a DIAGRO atuou nos municípios de Macapá em 6 rotas, Santana em 4 rotas, assim como nos municípios de: Mazagão, Porto Grande, Pedra Branca, Serra do Navio, Cutias do

Araguari, Itaúbal do Pírim, Ferreiras Gomes e em novembro de 2012 em Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. Como se pode observar, o Ministério da Agricultura – MAPA, através da SFA/AP, órgão Coordenador local vêm gradativamente repassando as ações de monitoramento e controle para o Estado, até a sua completa efetivação, desde que o convênio proposto seja assinado e o MAPA repasse os recursos financeiros a DIAGRO necessários as ações de execução do Programa. Ressaltamos que no ano de 2012 não foi assinado o convênio supramencionado em função do período eleitoral e da inadimplência do Estado.

Realizando uma comparação dos últimos dois anos nas ações de monitoramento e controle, verificamos que: Na ação de monitoramento dos anos de 2011 a 2012 constata-se um aumento no número de capturas que em 2011 foi de 92.033 e em 2012 passou para 149.635 moscas. Essa situação deu-se por problemas na área de controle (coleta de frutos e distribuição de blocos) devido a falta de aquisição de materiais necessários execução dos trabalhos. Observa-se também que na área de controle, as atividades de coleta de frutos e distribuição de blocos nos últimos dois anos ocorreu uma diminuição dos resultados dessas atividades o que demonstra que as dificuldades enfrentadas no controle reflete diretamente no aumento populacional da praga, medido na ação de monitoramento.

7.2 - Indicador de Desempenho em 2012

ERRADMOSCA	a) Incidência da Praga "Mosca-da-Carambola"- por municípios
------------	---

O indicador de desempenho para a Ação Erradicação da Mosca-da-Carambola foi “**incidência da praga por município**”. O índice previsto para esta ação foi a incidência em 8 municípios durante 2012. Ao final do período foi constatada ocorrência da praga em 15 municípios. O município Vitória do Jarí não registrou ocorrência da praga em 2012.

Incidência da Praga por Município Controlado (IPMC) = N° previsto de Municípios Controlados com Incidência da Praga/ N° constatado de municípios controlados com a incidência da praga. $IPMC = 8/15 = 87,50\%$.

Em 2012 a Mosca da Carambola apresentou um avanço de 87,5% acima da expectativa em relação ao número de municípios com ocorrência da Praga, passando de oito previstos para quinze constatados, ou seja, estabelecendo incidência da praga em 15 dos 16 municípios que constituem o Estado do Amapá.

EFICÁCIA

- **Varição Absoluta (VA)** entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2012, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2012 = QR\ 2012 - QP\ 2012$$

$$VA\ 2012 = 14.281.458 - 14.281.458 = 0$$

- **Varição Relativa (VR)** entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2012, em percentagem:

$$VR2009 = [(QR2012 : QP2012)].100$$

$$\% = (QR2012 : QP2012). 100$$

$$\% = (14.281.458 : 14.281.458). 100 = 100\%$$

PROGRAMA NACIONAL DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Plano Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola “*Bactrocera Carambolae*” no Estado do Amapá contempla as Ações de Educação Sanitária e Defesa Agropecuária objetivando evitar a sua dispersão nos estados brasileiros. Tem como base, o Regulamento de Defesa Vegetal publicado no Decreto nº 24.114/1.934, no Decreto nº 22.26/1.998, na Portaria nº 21/1.999, na Instrução Normativa nº 52/2.007 e nº 41/2.008, assim como a Instrução Normativa nº 28 que foi Oficialmente Instituída em 15 de maio de 2.008. O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é exercido sob a Coordenação da Secretaria de Defesa Agropecuária, Órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.

O Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária tem objetiva a promoção de Cursos de Formação de Agentes Multiplicadores em “Educação Sanitária” em complementação aos objetivos do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola, contemplando os Profissionais das três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para atuarem junto ao público-alvo quanto às orientações e procedimentos sanitários básicos relacionados a temas específicos da defesa agropecuária.

Os Multiplicadores capacitados atuarão como vigilantes sanitários e irão desenvolver Ações/Atividades relacionadas ao Programa de Erradicação da Mosca-da-carambola, sendo esses preferencialmente membros da própria comunidade e capazes de influenciar positivamente os demais moradores da região onde vivem, sob a **Adoção do Programa**, e colaborarem de forma proativa com a finalidade de evitar a dispersão da praga do Estado do Amapá para as demais Unidades da Federação; assim, como sensibilizar a sociedade em geral para a importância da Erradicação da Mosca-da-Carambola em nosso Estado/Brasil, bem como orientar os procedimentos corretos para interromper o ciclo da praga, e sobre a Portaria que proíbe o transporte de frutos hospedeiros e sua comercialização em outros Estados da Federação.

Sob essa justificativas relacionamos abaixo as Ações Conjuntas Desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Amapá, com Registros, Discriminações e a Quantificação das Ações realizadas nos Municípios do Estado do Amapá, assim como também nos Estados Pará, Rondônia e Roraima - Tabela 01

As ações do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola foram apoiadas pelo Núcleo de Educação Sanitária da SFA/AP, estas ações tiveram como prioridade os municípios/localidades de ocorrência de foco da praga com abrangência nos Estados do Amapá – município de Laranjal do Jarí.

Os resultados obtidos nas Ações desenvolvidas foram:

- **Ação conjunta** entre a Equipe de Educação Sanitária do Amapá/SFA/AP e a ADEPARÁ/PA, na participação da I Reunião Técnica sobre Monilíase do Cacaueiro, com apresentação dos resultados obtidos da **Aplicação prática do Método SOMA** utilizado nos **Cursos de Formação de Agentes Multiplicadores em “Educação Sanitária” do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola**, no período de : 28 a 31 de maio de 2012, no Estado de Rondônia;

- Atendendo solicitação feita pela Coordenação do Programa, foram realizados **02 Cursos de Formação de Agentes Multiplicadores “Educação Sanitária”** no Estado de Roraima com o surgimento de novos focos detectados no Município de Uiramutã e Comunidades Indígenas, foram formados (62) Multiplicadores; além da realização de 01 Curso no Estado do Amap, Município de Laranjal do Jarí com a participação de 15 Multiplicadores;

- **Palestras Educativas nas Escolas** sobre a Biologia da Mosca-da-Carambola: (01) uma no Estado de Roraima - na Comunidade Indígena Raposa Serra do SOL/ Água Fria, e no Estado do Amapá na Comunidade de Tessalônica – BR-156 com a participação de 384 alunos;

- **Workshop**-Apresentação dos resultados obtidos no Curso de Agente Multiplicador- Método SOMA/RO. Maio/2012;

- **Participação da XV Amostra de Arte, Cultura e Ciência “Ano Luiz Gonzaga”** na Escola Estadual Augustinho, em função do novo foco ocorrido da praga na comunidade de Planalto e Laranjal do Jarí/Monte Dourado/Nov/2012; com a utilização de Spot de Rádio e Panfletagem;

- **Expo-Feira Agropecuária do Amapá:** Neste evento são realizadas abordagens de sensibilização junto à população em geral do Estado do Amapá sobre a importância da praga para a Defesa Vegetal Brasileira para fim de evitar o trânsito de frutos hospedeiros;

- **Ações de Apoio à Equipe de Combate no Estado do Roraima, Amapá e Pará, nas Propriedades;**

- **Panfletagens** (Aeroporto- Distrito de Monte Dourado/ Rodoviária/Laranjal do Jarí Área Portuária Municípios de Laranjal, Vitória do Jarí/AP e Munguba-PA);

- **Materiais Distribuídos** (folder, panfleto e revistinha);

- **Outras Ações Educativas Complementares;**

- **Apoio Infra-logístico** para a realização da Reunião Projeto Regional de Controle e Erradicação da Mosca-da-Carambola. Guiana and Suriname no Estado do Amapá;

- **Disseminação de informações sobre a praga e seu combate.**

QUADRO I – Ações do Núcleo de Educação Sanitária em apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-Carambola no Estado do Amapá

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
AÇÕES DO NÚCLEO		
A - Cursos		
Formação para Agentes Multiplicadores do Programa de Erradicação da Mosca-da-Carambola	Curso	03
Multiplicadores /Formandos.	Multiplicador	77
B - Palestras - Biologia da Mosca-da-Carambola		
Instituições Abrangidas	Escola	02
Palestras Ministradas	Palestra	02
Pessoas Envolvidas (alunos, professores, assistentes, serventes, etc)	Pessoas	384
C - Visita Técnicas e Supervisões		
Em Ações executadas pelos Multiplicadores do Vale do Jarí	Visita	01
D - Reunião Técnica de Avaliação do Plano Pós Erradicação do Vale do Jarí.	Participação	02
E - Ações de Educação Sanitária solicitadas pela Coordenação Geral do Programa.	Execução	03
F- Participação em Eventos Especiais		
Workshop, Amostra de Arte, Bingo Beneficente e Expo-Feira Agropecuária do Amapá	Evento	04
G- Ações de Apoio à Equipe de Combate, nas Propriedades.		04
Visita de Sensibilização	Visita	04
Famílias Visitadas	Família	60
Propriedades Atingidas	Propriedade	06
H - Panfletagens (Aeroporto/ Rodoviária/Área Portuária).		
Operações Realizadas	Panfletagem	03
Abordagens com Panfletagem	Pessoas	11.786
I - Materiais Distribuídos (folder, panfleto e revistinha)	Unidade	15.286
Cartazes	Unidade	1.720
Cartilhas	Unidade	4.328
Folders	Unidade	4.644
Panfletos	Unidade	4.594
Reunião Projeto Regional de Controle e Erradicação da Mosca-da-Carambola. Guiana and Suriname.	Participação	01

AÇÃO DOS MULTIPLICADORES		
Disseminação de informações sobre a praga e seu combate		
Multiplicadores Atuantes	Multiplicador	77
Alunos Envolvidos	Aluno	384
Pessoas Diretamente Abordadas	Pessoas	508

Fonte: NES-PNEMC-SFA/AP-2012

CONCLUSÕES

Na execução do Plano de Monitoramento e Erradicação denominado “Sul do Amapá”, no ano de 2012, temos a destacar:

- O significativo aumento da densidade populacional da Mosca-da-Carambola nas áreas de maior ocorrência do Estado tais como: (Macapá, Santana, Porto Grande; Calçoene, e Oiapoque), que responderam com 88,94% das capturas do Estado. Os dois municípios de maior captura, Macapá e Santana, responderam com 68,51% das capturas;

- Houve ocorrência da praga nos 15 municípios do Estado

- Em novembro de 2012 houve ocorrência de 3 exemplares no município de Laranjal do Jarí, que foi prontamente controlada pelas equipes da SFA e DIAGRO;

- Houve acréscimo nas capturas da praga de 92.089 em 2011 para 149.635 em 2012, um aumento de 62,5% em relação ao ano anterior;

- Manutenção da força de trabalho em 2012, os controladores de praga, em número de 72, através da Empresa terceirizada Bernacom LTDA;

- Ampliação das rotas de cobertura do município de Macapá de 15 para 17 (área ampla);

- Dificuldade na execução dos processos licitatórios para aquisição de materiais necessários as atividades de controle (inseticida e sacos plásticos) o que foi prejudicial na ação de controle de coleta de frutos (eliminação de imaturos) e lançamento de blocos (técnica de aniquilamento de machos – TAM).

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT ERRADMOSCA	Chefe SIFISV	Divisão de Defesa Agropecuária	Superintendente
CARLOS ALBERTO P. DE CARVALHO Fiscal Federal Agropecuário	LÍLIAM PASTANA MONTEIRO	CARLOS RICARDO DE'CARLI	PETRUS PAHULUS CAVALCANTE RAMOS
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

1. PROGRAMA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – 2028

2 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2

DADOS GERAIS DAS AÇÕES

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal..
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	ALVARO ANTONIO NUNES VIANA
Unidades executoras	SIFISV/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

- RESULTADOS

Quadro 01. **PI - IPVEGETAL 2**

Inspeção e Fiscalização de Bebidas. Vinhos e Vinagres						
AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2013
2131 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Bebidas e Vinagres	IPVEGETAL2	Fiscalização Realizada (Unid.)	20	20	20	30

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2012, dos créditos orçamentários descentralizados nas rubricas do PI – IPVEGETAL2 foram aplicados segundo fonte SEOF/SFA/AP.

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Quadro 02. PI – IPVEGETAL2

NATUR EZA DA DESPES A	EMITI DO/ REFOR ÇO (R\$)	EMPE N. (R\$)	LIQUI D. (R\$)	DEVOL VIDO (R\$)	PERCEN TUAL UTILIZA DO (%)	META PREVIS TA INSPEC .	META REALIZ ADA INSPEC ÃO	META A SER REALIZ ADA EM 2013
33.90.14	622,22	622,59		-	100	20	20	30
33.90.30	670,00	670,00	-	-	100			
33.90.39	2.400,00	606,00	1.794,00	-	25			
TOTAL	3.692,22	1.898,22	1.749,00	2.027,55	47,36			

Fonte: SEOF/SFA/AP

2.2 - Desempenho Operacional

Para este programa o SIFISV/DDA/SFA/AP, desenvolveu ações de Inspeção voltadas para a área de bebidas e vinagre, realizando inspeção higiênico-sanitária nos estabelecimentos produtores de polpa de frutas, açaí, refrigerantes e matéria prima; objetivando assegurar a qualidade e a inocuidade desses produtos destinados ao consumidor.

A inspeção em estabelecimentos produtores é considerada para o MAPA a meta física mais importante para avaliação do processo produtivo, segundo Cronograma Físico e Financeiro – Cadastro - SIPLAN. Em 2012, o SIPLAN disponibilizou ao Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal/ AP, a realização de 20 (vinte) inspeções em estabelecimentos que produzem bebidas, no previsto inicial (SIPLAN).

Atualmente, o Indicador utilizado para o SIPLAN é: LVA, onde LVA = Lista de Verificação Aplicada, sendo a principal ferramenta norteadora da fiscalização. Esta Lista de Verificação é o instrumento que afere o grau de conformidade ou não conformidade que o estabelecimento se encontra em relação às exigências legais preconizadas para o funcionamento da atividade.

O Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, no exercício de 2012 registrou a realização de 20 inspeções em Estabelecimentos Produtores de Polpa de Frutas , Açaí, Refrigerantes e Matéria Prima utilizando a Lista de Verificação (LVs), documento fiscal onde é avaliado o processo de produção industrial.

Foram realizadas 38 inspeções em estabelecimentos comerciais no município de Macapá e 19 inspeções em estabelecimentos comerciais com necessidade de diárias sem LVs (Quadro 02).

Quanto à conformidade de produtos analisados, foram feitas duas colheitas de amostra/ano, para exportação. O índice aferido ao padrão de qualidade na produção de Bebida de Açaí e Bebida Mista de Açaí e Guaraná configuram a efetividade do serviço.

Existe uma determinação da Coordenação Nacional de Bebidas que as Colheitas e respectivas análises de verificação dos Padrões de Qualidade dos Produtos devem ser priorizadas quando tratar-se de Registro de Produtos novos, denúncias ou Autos de Infração. Tal determinação, limita o horizonte investigativo da Fiscalização, já que o parâmetro de avaliação da Qualidade e atendimento legal aos padrões nacionais é norteador por meio das análises físico-química e microbiológicas realizadas. Esta determinação visa, sobretudo o atendimento mínimo da rede laboratorial, que por sua vez requerem um investimento alto do Ministério da Agricultura quanto às suas reestruturações que implicam na contratação de pessoal capacitado, aquisição de novos equipamentos, reagentes, etc, que oneram sobremaneira o custo das análises sejam elas: Fiscais, de Controle ou de Exportação, cujo custo é de responsabilidade do MAPA.

Foram lavrados 10 termos de intimação às empresas produtoras para adequação documental e todos foram atendidos conforme (Quadro 3).

QUADRO 3 – METAS PROGRAMADAS / 2012

METAS FÍSICAS														
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Inspeção de Estabelecimento Produtor	Programado		3	3	3	2	3	2	2	-	2	-	-	20
	Realizado		3	3	3	2	3	2	2	-	2	-	2	22
	%		100	100	100	100	100	100	100	-	100	-	-	110%
Inspeção de Estabelecimento Comercial	Programado			7	7	8	7	8	8	-	12	-	-	57
	Realizado			5	7	6	7	8	10	-	9	2	1	96
	%			71,43	100	75	100	100	125	-	75			96%
Vistoria de Estabelecimento Produtor	Programado			1					1			-		2
	Realizado			1		1			1					3
	%			100					100					150%
Coleta de Amostra	Programado		1						1					2
	Realizado	2	-						-					2
	%								-					100%
Reunião Técnica (nº de reuniões)	Programado						1					1		2
	Realizado					1								1
	%						0					0		50%

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos no ano de 2012 PI IPVEGETA2, previsto no SIPLAN, apenas um produto - Estabelecimento Inspeccionado com LVs.

Nome/Tipo do Indicador:

- 1- Eficácia
- 2- Eficiência
- 3- Efetividade

Nome do Indicador	Desempenho da Execução Física		
Objetivo do indicador	Avaliação de desempenho operacional		
TIPO	Eficácia		
Área responsável	CGVB/SDA/SIFISV/SFA/AP		
Fórmula de cálculo e método de medição	Ec = LVA/LVP Total de Inspeção Programado: 20 Total de Inspeção Realizada : 20		
Fontes nos dados	SIPLAN		
Evolução dos dados do Indicador	20		
Meta para exercício 2012	Resultado nos exercícios anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010
20	20	20	36

Fonte: SIPLAN

Análise Crítica do Resultado do Indicador em 2012.

O quadro 3 demonstra a produção em relação aos índices de eficácia praticados pela área de inspeção de bebidas ao longo do ano. O indicador é medido em função das empresas produtoras de bebidas inspeccionadas, porém as atividades de inspeção, com frequência se diferenciam do modelo proposto estendendo com frequência para a área de fiscalização do comércio de bebidas em função de nossos estabelecimentos produtores, cerca de 80% desenvolverem atividades exclusiva de elaboração de Bebida de Açaí, e em nossa região a produção de frutos de açaí é sazonal (abril a agosto), condicionando a oferta de matéria prima em somente seis meses do ano, favorecendo a inativação do estabelecimento por um semestre, o que limita a inspeção do estabelecimento produtor e neste período de entressafra a fiscalização é direcionada para o comércio de bebidas em geral, inclusive com deslocamentos aos municípios fronteiriços (Oiapoque) e Laranjal do Jarí que fazem divisa com a Guiana Francesa e o Estado do Pará conseqüentemente.

Nome do Indicador	Índice de custo da inspeção
Objetivo do indicador	Aferir os gastos com o conjunto das atividades que envolvam a Inspeção na indústria
TIPO	Eficiência - Ef
Área responsável	CGVB/SDA
Fórmula de cálculo e método de medição	Ef= RE / Estabelecimento Inspeccionado Recurso executado/ Estabelecimento Inspeccionado RE = Orçamento realizado na execução do conjunto de processo de suporte a atividade de inspeção (R\$ 1898,22 / 20 = 94,91

Fonte: SIPLAN

Evolução dos Resultados do Indicador

Meta para o exercício de 2012		Resultado nos exercícios anteriores	
Prevista	Realizada	2011	2010
R\$ 5.962,59	R\$ 1.898,22	11.768,54	5.853,60

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Este índice demonstra o custo médio da fiscalização, tendo em vista as ordens bancárias executadas no ano 2012 na rubrica 3390 (deslocamento e custeio). O custo médio da fiscalização é calculado com base no somatório dos valores de ordens bancárias pagas, dividido pelo número total de estabelecimentos inspecionados.

Observa-se que a Eficiência na utilização dos recursos disponíveis foi inferior ao previsto em decorrência de problemas de gestão. Diferentemente da eficácia, o indicador da eficiência tem se distanciado da unidade indicando dificuldade na gestão dos recursos orçamentários.

As necessidades existem, mas os bens e serviços não são disponibilizados na medida em que são requeridos; dotação insuficiente, contingenciamento, problemas de licitação para aquisição de bens e equipamentos são alguns dos entraves a serem considerados.

Considerando o conjunto das necessidades, de execução da meta de fiscalização que não só depende diretamente do FFA executor em quantidade compatível, a necessidade de desenvolvimento de sistemas informatizados, adequados à realidade amazônica, de suporte aos controles que são essenciais à atividade e a defasagem em termos de equipamentos, internet, veículos e outros instrumentos demonstram que temos grandes problemas de gerenciamento institucional.

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT IPVEGETAL2	Chefe SIFISV	Divisão Técnica	Superintendente
Alda Lúcia Brabo Alves	Líliam Pastana Monteiro	Carlos Ricardo De'Carli	Petrus Pahulus Cavalcante Ramos
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

1. PROGRAMA DEFESA AGROPECUÁRIA-2028

O Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AP, tem atuação na área de Fiscalização de Insumos Agrícolas. Sendo desenvolvidos os PI FISFECOI, PI FISAGROTOX e PI FISCALSEM

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI): Visa contribuir para a melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX): Visa disciplinar o uso de agrotóxicos e garantir a qualidade dos produtos utilizados em todo território nacional. Por Lei a responsabilidade de fiscalização do comércio cabe aos estados, ficando a cargo da União a fiscalização das importações e exportações e as Indústrias de agrotóxicos.

Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM): Visa garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Todas estas atividades destacadas demandam recursos para suas respectivas implementações. Para tanto, o Governo Federal utiliza-se dos Planos Internos - PIs, instrumentos de planejamento e de acompanhamento da ação planejada, como forma de melhor programar e detalhar as ações a serem executadas.

Ação: 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Dados Gerais da Ação:

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Unidade executora	SIFISV/DDA/SFA/AP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Atuação dos Serviços de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV, das Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e coordenação central em Brasília.
Coordenador nacional da ação	Girabis Evangelista Ramos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adelson Alfonso Carneiro Fernandes/Lilian Pastana Monteiro

Fonte: SIPLAN

1- Força de Trabalho:

Embora com um quadro funcional reduzido, o SIFISV/DDA/SFA-AP vem conseguindo atender de forma satisfatória as ações planejadas e demandas do Estado, fazendo alternância de fiscais de outras áreas, com dedicação de tempo para executarem ações em outros PI's.

Quadro I – Relação de Servidores (FFAs) que atuam no PI FISFECOI

Nome do Servidor	Cargo	Lotação	Dedicação %
Raimundo Paulo Barbosa Brito	FFA	SIFISV	100
Alda Lúcia Brabo Alves	FFA	SIFISV	10
Liliam Pastana Monteiro	FFA	SIFISV	10
José Pinto do Nascimento	AAA	SIFISA	20

Fonte: SIFISV/SFA/AP

2-Indicadores utilizados

Número de Fiscalizações em estabelecimento produtor/comerciante de fertilizante, corretivo e inoculantes e produtos fiscalizados.

3- Resultados

ÍTEM	METAS REALIZADAS	UNIDADE	PROGRAMADO	REALIZADO	%
01	Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais e Produtos	Fiscalização	25	25	100,00

Fonte: SIFISV/SFA/AP

3.4- Dotação Orçamentária Programada/Realizada

NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMADO R\$	EMPENHADO R\$	LIQUIDADO R\$
3390-14	5.195,00	1.526,65	1.526,65
3390-30	5.199,00	-	-
3390-39	-	15.500,00	-
TOTAL	10.394,00	17.026,65	1.526,65

Fonte: SEOF/SFA/AP

No elemento de despesas 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoas – Jurídicas, foram descentralizados recursos na ordem de R\$15.500,00 que foram empenhados e não foram liquidados, devido a entraves administrativos, tais valores objetivavam a execução de uma reforma na unidade física da SFA/AP, os recursos foram pulverizados nos PIs técnicos em virtude do MANUT encontrar-se com indisponibilidade de recursos, conseqüentemente com alta execução financeira.

Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

4 - Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de agrotóxicos efetivos no controle de pragas e doenças das plantas e que apresentem baixo impacto ambiental e baixos níveis de resíduos nos alimentos, mantendo-os adequados ao consumo humano.
Descrição	Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agrônômica dos produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
Unidade executora	DDA/AP e DIAGRO/AP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Transferência de recursos para as demais instâncias do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária ou fiscalização direta pelos técnicos lotados nas Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e análise fiscal pelos laboratórios da rede de apoio vegetal.
Coordenador nacional da ação	Girabis Evangelista Ramos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Adelson Alfonso Carneiro Fernandes/Lilium Pastana Monteiro

Fonte: SIPLAN

4.1- Indicadores utilizados

Numero de Fiscalizações (Estabelecimento Prestador de Serviços)

4.2- Resultados

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO DAS METAS	UNIDADE	PROGRAMADO	REALIZADO
01	Fiscalização de Estab. Prestador de Serviços	Fiscalização	02	02
02	Recadastramento de Empresas que comercializam agrotóxicos	Quant.	06	08
03	Fiscalização de Estabelecimentos comerciais	Fiscalização	10	16
04	Termos de notificação emitidos	Nº	-	16

Fonte: SIFISV/DDA/SFA/AP

4.3- Dotação orçamentária programada/realizada

NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMADO R\$	DESCENTRALIZADO R\$	REALIZADO R\$	SALDO R\$
3390-14				
3390-33				
3390-36				
TOTAL				

Não ocorreu descentralização orçamentária para este PI

4.4- Desempenho Operacional

A atividade de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos é executada diretamente pela Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá – DIAGRO sob a responsabilidade do Fiscal Estadual Agropecuário – Engenheiro Agrônomo Ivenio Roque Hartmann Neto com base na Lei nº 7.802/1989 e Decreto nº4.074/2002 e nº5549/2005.

As ações de fiscalização no comércio foram realizadas nos municípios de Macapá e Santana, sendo realizado o recadastramento de todas as empresas que realizam o comércio de Agrotóxicos no Estado. Foram realizadas ainda ações de Educação Sanitária no Mini Polo Hortifrutigranjeiro do Km 9, município de Macapá e palestras abordando os perigos do uso indiscriminado de agrotóxicos para estudantes da rede estadual de ensino de Macapá.

Sob demanda do Ministério Público Estadual foi realizada reunião com a Associação dos revendedores de Insumos e Defensivos Agrícolas do Amapá (ADIDAP) e o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens vazias (INPEV), cuja finalidade foi a discutir a construção de um posto ambientalmente licenciado para o recebimento das embalagens vazias de defensivos agrícolas no 1º semestre de 2013.

Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1

Quadro I – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	André Felipe C. Peralta da Silva
Unidades executoras	SIFISV/DDA/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Abrangência de Desenvolvimento da Ação – PI FISCALSEM1 – SIFISV/SFA/AP-MAPA

Quadro II - Abrangência da Ação no Estado do Amapá

ABRANGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO – PI FISCALSEM1	NÚMERO
- Produtor de Sementes Inscritos no RENASEM	1
- Produtor de Mudanças Inscritos no RENASEM	12
- Comerciantes de Mudanças	11
- Comerciante de Sementes	16
- Responsáveis Técnicos Credenciados no RENASEM	22
- Jardim Clonal	
- Borbulheira	
- Campo de Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada	

Fonte: SIFISV/SFA/AP

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
Agricultura	Normatização e Fiscalização	2028	2179	ATIVIDADE	4	UNIDADE	103	97	106

Fonte: SIFISV/SFA/AP

O Estado do Amapá apresenta peculiaridades como sua posição estratégica, estações meteorológicas bem definidas, entretanto, esta mesma posição por outro é condição limitante ao avanço das fronteiras agrícolas e o desenvolvimento do Setor Primário. É bem verdade que esta característica vem mudando ao longo do tempo; com a chegada de novos investidores com perfis voltados para a agricultura moderna e tecnificada, onde o emprego de insumos modernos requer uma readequação da Ação Fiscalizatória visando assegurar a oferta de insumos de qualidade que associados promoverão boa produtividade e ganhos econômicos às atividades agrícolas implementadas.

O Quadro II especifica as atividades desenvolvidas e regularizadas no RENASEM. A atividade de Campo de Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada vem sendo desenvolvida, entretanto, a mesma não se encontra devidamente regularizadas no Sistema RENASEM, a fiscalização já repassou toda orientação necessária para o atendimento às exigências legais.

- RESULTADOS

Quadro III - PI - FISCALSEM 1

Fiscalização de Sementes e Mudanças

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2013
2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças	FISCALSEM1	Fiscalização Realizada (Unid.)	118	103	97	94,17	106

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Créditos orçamentários descentralizados e aplicados nas rubricas do PI – FISCALSEM1 segundo fonte do SEOF/SFA/AP

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

Quadro IV - PI – FISCALSEMI

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA FISCALIZ.	META REALIZADA FISCALIZ.	META A SER REALIZADA EM 2013
33.90.14	6.824,47	-	6.824,47	-	100 %			
33.90.30	516,90	-	516,90	-	100 %			
33.90.33	-	-	-	-	-			
33.90.39	22.500,00	-	107,50	-	0,005%			
TOTAL	29.841,37	-	7.448,87	-	0,25%			

Fonte: SEOF/SFA/AP

No Elemento de Despesas 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoas – Jurídicas, foram descentralizados recursos na ordem de R\$ 22.500,00 que foram empenhados e não foram liquidados, devido a entraves administrativos, tais valores objetivavam a execução de uma reforma na unidade física da SFA/AP, os recursos foram pulverizados nos PIs técnicos em virtude do MANUT encontrar-se com indisponibilidade de recursos, conseqüentemente com alta execução financeira.

Desempenho Operacional

PROGRAMAÇÃO FÍSICA – PI FISCALSEM – POA/2012

Quadro V – PROGRAMAÇÃO FÍSICA - PI – FISCALSEM1

PROGRAMAÇÃO FÍSICA – DISCRIMINAÇÃO	UNID.	META PREVISTA FISCALIZ.	META REALIZADA FISCALIZ.	META A SER REALIZADA EM 2013
- Inscrição e Credenciamento no RENASEM	Nº	-	06	-
- Fiscalização de Produtor de Mudanças	Nº	22	08	21
- Fiscalização de Produtor de Sementes	Nº	04	-	-
- Fiscalização de Estabelecimentos que Comercializam Semente	Nº	37	30	30
- Fiscalização de Estabelecimentos que Comercializam Mudanças	Nº	13	15	08
-Fiscalização de Usuários de Sementes	Nº	04		10
- Fiscalização de Responsáveis Técnicos	Nº	28	04	21
- Fiscalização de Jardim Clonal	Nº		-	02
- Fiscalização de Borbulheira	Nº		-	05
- Fiscalização de Campo de Planta sem Origem Genética Comprovada	Nº	-	-	01

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Análise Crítica

A execução das Metas Físicas do PI FISCALSEM 1 foram afetadas parcialmente em função da RT do PI ter acumulado a Responsabilidade Técnica (RT) da execução do PI FISCORGEN e, ainda a função de Chefia do SIFISV/AP a partir de Julho/2013. A meta do SIPLAN – Fiscalização Realizada foi cumprida atingindo-se um percentual de 94,17%, considerando prioritariamente a Fiscalização do Comércio, servindo a mesma para identificar vários estabelecimentos e entidades que encontram-se com status de irregularidade perante às exigências legais; todas as orientações foram repassadas para sanar estas pendências, e que sendo atendidas ampliarão o raio de atuação da Fiscalização nas Atividades de Sementes e Mudanças no âmbito do Estado do Amapá.

A mudança do panorama no campo configuraram também uma prospecção de crescimento das áreas cultivadas com soja, arroz e milho, o que ocorreu com o ingresso de pequenos e médios investidores agrícolas, cujo perfil é muito diferenciado dos agricultores locais. Tal investimento vincula a utilização de novas tecnologias, com a utilização de implementos e insumos modernos que vem projetando uma elevação nos números da produção agropecuária no Estado do Amapá.

As ações do PI FISCALSEM foram na sua grande maioria associadas às ações do PI FISCORGEM, por tratarem-se de áreas físicas comuns; o que otimizou o uso dos recursos em ambos os casos e reduziu o custo das fiscalizações.

Dificuldades Enfrentadas na Execução das Ações

Em 2012 foram sentidas ainda dificuldades na execução das ações no PI FISCALSEM 1, dentre estas podemos citar:

1. Nível de organização processual do PI FISCALSEM 1 na SFA/AP;
2. A reorganização da estrutura administrativa na superintendência para contratar serviço de passagem aérea, adquirir materiais de consumo e permanente, fornecedor de combustível, etc;
3. O PI não dispõe de um veículo próprio e adequado para execução das metas, as mesmas foram executadas de veículo cedido do PI ERRADMOSCA; como as atividades são desenvolvidas no período chuvoso e os acessos às propriedades se dá por estradas e vicinais em péssimo estado de conservação, há a necessidade de ser adquirido um veículo tracionado para tal finalidade.

Além dos fatores acima relacionados temos que considerar que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Amapá apresenta aspectos de cunho físico e gerencial que afetam diretamente o bem estar e a produção dos servidores como um todo. A estrutura física da superintendência é muito antiga e hoje não é mais capaz de oferecer o mínimo de conforto e bem estar aos servidores aqui lotados; no SIFISV/SFA/AP o espaço físico disponível não permite mais a inserção de mesas, arquivos, e outros materiais indispensáveis à organização documental e o bom andamento das ações.

Principais Indicadores de Desempenho Operacional

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei 10.711 de 05/08/03 e Decreto 5.153 de 23/07/04, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, além de legislações complementares.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2012.

O projeto FISCALSEM 1 tem previsto no PPA, apenas um produto - Fiscalização Realizada.

Memória de Cálculo

A) **EFICÁCIA** – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISCALSEM

Fórmula: $E_c = (TFR/TFP)$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do SIPLAN

$E_c = 97/103 = 0,941$

B) **EFICIÊNCIA** – Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula: $E_f = E_c \times Op/Oe$

E_c= Eficácia

O_p= Orçamento programado para a atividade de fiscalização

O_e= Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$E_f = E_c \times Op/Oe$

$E_f = 0,941 \times \frac{75.374,00}{7.448,87}$

$E_f = 0,941 \times 10,118$

$E_f = 9,521$

Este índice obteve valor elevado em função de parte da programação relacionada à capacitação (Cursos, Reuniões, Treinamentos) ter sido viabilizado pela Sede Central em função da SFA/AP encontrar-se sem contrato para aquisição de passagens aéreas.

C) EFETIVIDADE – Está diretamente vinculado ao índice de conformidade de Sementes e Mudanças Analisadas. Como no ano de 2012 não foi programado nenhuma coleta de sementes, optamos por trabalhar com o seguinte índice:

ICsm= 1-PsmA/PsmF

ICsm= Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças

PsmA= Produtores de Sementes e Mudanças Autuados

PsmF= Produtores de Sementes e Mudanças Fiscalizados

ICsm=1- 1/1

ICsm= 0

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT FISCALSEM	Chefe SIFISV	Divisão Técnica	Superintendente
Líliam Pastana Monteiro	Líliam Pastana Monteiro	Carlos Ricardo De'Carli	Petrus Pahulus Cavalcante Ramos
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEM

QUADRO I – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFIA/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Unidades executoras	SIFISV/DDA/SFA/AP
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN

Abrangência de Desenvolvimento da Ação – PI FISCORGEN – SIFISV/SFA/AP-MAPA

QUADRO II - ABRANGÊNCIA DA AÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

ABRANGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO – PI FISCORGEN	NÚMERO
- Fiscalização de Atividade Comercial (plântio)	28
- Coleta de Amostras para fim de análise	10

Fonte: SIFISV/SFA/AP

QUADRO III - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
Agricultura	Normatização e Fiscalização	2028	4745	ATIVIDADE	4	UNIDADE	28	19	106

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Resultados: Quadro IV - PI - FISCORGEN

Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2013
4745 – Fiscalização de Atividade Comercial (plantio)	FISCORGEM	Fiscalização Realizada (Unid.)	28	19	19	67,85	24

Fonte: SIFISV/SFA/AP

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Créditos orçamentários descentralizados e aplicados nas rubricas do PI – FISCORGEM segundo fonte do SIAFI

Demonstrativo orçamentário/financeiro

Quadro V- PI – FISCORGEM

NATUREZA DA DESPESA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA FISCALIZADA	META REALIZADA FISCALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2013
33.90.14	2.396,72	-	2.396,72	-	100 %	28	19	24
33.90.30	-	-	-	-	-			
33.90.33	-	-	-	-	-			
33.90.39	-	-	-	-	-			
TOTAL	2.396,72	-	2.396,72	-	100 %			

Fonte: SEOF/SFA/AP

2.2 - Desempenho Operacional

A agricultura típica de mercado vem sendo praticada por, pelo menos, quatro períodos agrícolas nos campos cerrados do Estado do Amapá, por agricultores oriundos das regiões sul e centro-oeste do Brasil. Essa prática se encontra num estágio que podemos classificar como de “validação de sistemas de produção” para as culturas de soja e milho, numa área em que as referências tecnológicas são basicamente encontradas em experimentos dos órgãos oficiais de pesquisa.

A ação de fiscalização com objetivo de verificar a ocorrência de materiais geneticamente modificados, apenas nas culturas de Milho e Soja, teve início em 2012. Como não havia qualquer parâmetro referencial das áreas cultivadas, foram programadas 28 fiscalizações que no decorrer da implementação das ações tiveram que ser reprogramadas a menor, tal fato justifica o percentual de execução de 67,85%. O atraso na liberação do licenciamento ambiental, refletiu no preparo das áreas que, por sua vez, não receberam insumos (adubos, sementes, etc.) no momento mais adequado, causando assim cancelamentos de plantios para 2012. Tais intenções foram reprogramadas para 2013, haja vista as excelentes possibilidades de mercado que essas culturas encontram neste período.

A Coordenação Nacional de Biossegurança - CBIO disponibilizou às SFAs das Unidades da Federação Kits de análise de materiais (folhas/grãos), com vistas a identificar em condição de Campo os eventos transgênicos recorrentes na cultura do milho, cujo procedimento de identificação era concluso por ocasião da ação fiscal. Ao contrário da cultura da Soja, cujo material vegetativo (folhas) coletado em campo foi enviado para análise no **Laboratório de Diagnóstico Vegetal e OGM - LANAGRO/MG**, situação que impediu a complementação das ações de fiscalização, já que o tempo para apresentação dos resultados extrapolou as expectativas das partes envolvidas no processo e a produção obtida seguiu seu caminho normal já no estágio de comercialização.

PROGRAMAÇÃO FÍSICA – PI FISCORGEM – POA/2012

QUADRO VI – PROGRAMAÇÃO FÍSICA - PI – FISCORGEM

PROGRAMAÇÃO FÍSICA – DISCRIMINAÇÃO	UNID.	META PREVISTA FISCALIZ.	META REALIZADA FISCALIZ.	META A SER REALIZADA EM 2013
- Fiscalização de Atividade Comercial (plantio)	Nº	28	19	24
- Coleta de Amostras para fim de análise fiscal	Nº	-	09	18

Fonte: SIFISV/SFA/AP

2.3 - Dificuldades Enfrentadas na Execução das Ações

Dentre as dificuldades encontradas na execução do PI FISCORGEM podemos citar a reduzida oferta de laboratório oficial para a realização das análises de identificação de OGM, o que contribui para o retardo no retorno da informação e o comprometimento do desdobramento da ação fiscal realizada no campo. Além deste aspecto, podemos citar o distanciamento das demais instituições envolvidas com as atividades agrícolas em relação ao Ministério da Agricultura; o estreitamento desta relação possibilitaria ganhos positivos quanto a celeridade na implementação das ações.

2.4 - Principais Indicadores de Desempenho Operacional

Nossas atividades foram efetuadas sob o regulamento da Lei 11.105 de 24/03/05 e Decreto 5.591 de 22/11/05, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, além de legislações complementares.

Informamos a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos para o ano de 2012.

O projeto FISCORGEM tem previsto no PPA, apenas um produto: Fiscalização Realizada.

Memória de Cálculo

A) **EFICÁCIA** – Avalia o desempenho Operacional da Execução Física do PI FISCALSEM

Fórmula: $E_c = (TFR / TFP)$

TFR= Total de Fiscalização Realizada

TFP= Total de Fiscalização Programada

Obs: dados oriundos do SIPLAN

$$E_c = 19/28 = \mathbf{0,678}$$

B) **EFICIÊNCIA** – Afere os gastos com o conjunto das atividades que envolvem a fiscalização de campo e estabelece o Índice de Custo da Fiscalização

Fórmula: $E_f = E_c \times Op / Oe$

E_c= Eficácia

O_p= Orçamento programado para a atividade de fiscalização

O_e= Orçamento realizado na execução do conjunto de processos de suporte à atividade de fiscalização

$$E_f = E_c \times Op / Oe$$

$$E_f = 0,678 \times \frac{8.826,00}{2.396,72}$$

$$E_f = 0,678 \times 3,682$$

$$E_f = \mathbf{2,496}$$

C) **EFETIVIDADE** – Está diretamente vinculado ao índice de conformidade de Sementes e Mudanças Analisadas. Como no ano de 2012 não foi programado nenhuma coleta de sementes, optamos por trabalhar com o seguinte índice:

$IC_{sm} = 1 - P_{smA} / P_{smF}$

IC_{sm}= Índice de Conformidade de Sementes e Mudanças

P_{smA}= Produtores de Sementes e Mudanças Autuados

P_{smF}= Produtores de Sementes e Mudanças Fiscalizados

$$IC_{sm} = 1 - 1/1$$

$$IC_{sm} = \mathbf{0}$$

ASSINATURAS / DESPACHOS			
RT FISCALSEM	Chefe SIFISV	Divisão Técnica	Superintendente
Líliam Pastana Monteiro	Líliam Pastana Monteiro	Carlos Ricardo De'Carli	Petrus Pahulus Cavalcante Ramos
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.2 Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira do PPA/UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Ação Programa de Apoio Administrativo					
Iniciativa	Administrativo					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá					
Unidade Orçamentária	130100					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
739.129,87	739.129,87	739.129,87	586.426,93	922,00	152.702,94	585.504,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	PORCENTAGEM	%	100%	100%	100%	100%

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO , MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DE UJ

Identificação da Ação						
Código	0089					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões					
Iniciativa	Administrativo					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura no Amapá					
Unidade Orçamentária	130100					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.626,02	13.626,02	13.626,02	13.626,02	-	-	13.626,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	PORCENTAGEM	%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Siafi e Siafi Gerencial

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação Das Unidades Orçamentárias Da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA/AP	-	130100

4.2.2 Programação de Despesas

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
CRÉDITOS LOA	Dotação proposta pela UO		591.002,55	750.400,00				
	PLOA							
	LOA							
	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
	Outras Operações							
Total		591.002,55	750.400,00					

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Houve redução de crédito para investimento em relação ao exercício 2011 em 12%, porém não foram realizadas aquisições de veículos a exemplo do ano anterior, os investimentos em 2012 foram de materiais de escritórios, central de ar e outros materiais para suprir nossas necessidades.

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora			2–Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos	SE/GCOF	130100	MANUTSFAS 21054716		633.519,93
		SE/GCOF	130100	INATPENS1 00890181	13.626,02	
				TOTAL-SE	13.626,02	633.519,93
		SDC/GCOF	130100	DIPDAG		
				DESENGORG 20148606		120,60
				INDGRAF 20422B47		265,50
				TOTAL-SDC		386,10
		SDA/GCOF	130100	SIFISA		
				INSPANIMAL3 20288938		11.105,44
				FEBREAFOTOS 20284842		52.434,76
				PCEANIMAL 20288658		21.474,97
				SUB-TOTAL		85.015,17
				SIFISV		
				ERRADMOSCA1 20284738		2.068.009,87
				FISFECOI 20282141		1.526,65
				FISCALSEM1 20282179		7.448,87
				IPVEGETAL2 20288939		1.898,22
				PCEVETAL 20288572		9.669,61
				PADCLASSIFI 20284746		2.249,30

				FISPROVET 20282140			3.001,07
				FISCORGEN 20284745			2.396,72
				FISCINAN 20282124			4.340,15
				TOTAL-SDA			2.185.555,63
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4- Investimentos	5-Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos		130100	SDA	543.909,55		
			130100	SE	47.093,00		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	NÃO SE APLICA					

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Houve redução de crédito para investimento em relação ao exercício 2011 em 12%, porém não foram realizadas aquisições de veículos a exemplo do ano anterior, os investimentos em 2012 foram de materiais de escritórios, central de ar e outros materiais para suprir nossas necessidades.

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.161.444,54	3.440.944,31	2.141.488,67	3.671.061,38
a) Convite	-	-	-	100.880,75
b) Tomada de Preços	-	-	-	129.236,32
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.161.444,54	3.440.944,31	2.141.488,67	3.440.944,31
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	474.217,11	276.631,18	474.217,11	177.033,35
g) Dispensa	465.943,59	263.288,30	465.943,59	176.105,52
h) Inexigibilidade	8.273,52	13.342,88	8.273,52	9.227,83
3. Regime de Execução Especial	1.500,00	1.713,42,00	1.500,00	1.713,42
i) Suprimento de Fundos	1.500,00	1.713,42	1.500,00	1.713,42
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	126.550,51	134.788,38	126.550,51	134.788,38
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	126.550,51	134.788,38	126.550,51	134.788,38
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	2.763.712,16	3.854.077,29	2.743.756,29	3.984.569,53

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

1 - As compras realizadas em 2012 foram através de pregão eletrônico com transparência e responsabilidade, apesar da redução em relação ao exercício de 2011 no percentual de 41% , pela não realização de aquisições de veículos a exemplo do ano anterior, os investimentos em 2012 foram de materiais de escritórios, central de ar e outros materiais para suprir nossas necessidades.

2 - Nas dispensas de licitação registramos acréscimo aproximado de 44% em razão da nossa SFA/AP, se liberar da intervenção federal que se encontrava desde o mês de março/2011, sendo que a partir do mês de abril/12 foi dispensado o interventor e nomeado novo superintendente, desde então, aos poucos, retomamos as atividades normais, sendo que durante o período de intervenção foi restringido alguns pagamento por parte do interventor, por duvidas, falta de esclarecimentos sobre as despesas existentes ou precaução, assim as dividas foram se acumulando, e somente após nova administração foram reconhecidas as despesas e autorizadas a liquidar e pagar, assim registrou-se que todas as despesas existentes por serviços prestados ou materiais entregues foram regularizadas.

3 – Nas despesas com deslocamento (diárias), apesar da redução de aproximadamente 7%, em relação ao ano 2011, consideramos normal, devido a execução dos trabalhos na erradicação da mosca da carambola.

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
319008.00	13.626,02	10.188,60	13.626,02	10.188,60		-	13.626,02	10.188,60
339014.14	126.550,51	134.788,38	126.550,51	134.788,38	-	-	125.823,10	134.788,38
339036.02	5.664,00	38.316,20	5.664,00	-	-	-	5.664,00	-
Demais elementos do grupo								
2–Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	NÃO SE APLICA							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3-Outras Despesas Correntes								
339030	91.624,19	271.336,42	58.253,00	267.582,84	33.371,19	4.672,80	58.253,00	267.592,84
339036	30.964,00	28.000,00	5.664,00	28.000,00	25.300,00	-	5.664,00	-
339033	-	144.330,85	-	1.119.995,72	-	-	-	91.046,57
339037	544.524,21	478.153,70	477.082,36	485.153,08	67.442,15	-	477.082,36	435.485,54
339039	2.600.910,94	2.040.275,47	2.101.826,29	2.869.973,19	499.084,65		2.081.870,42	1.796.711,87
339139	5.300,00	4.920,00	5.300,00	4.920,00		1.170,40	1.852,57	3.749,60
339092	4.332,60	5.234,13	2.992,50	3.531,45	-	-	-	3.531,45
339192		3.219,22		3.219,22				3.219,22
Demais								

Elementos do Grupo								
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
449052	591.002,55	750.400,00	-		591.002,55	750.400,00	-	-
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Sistema SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

Despesas com Pessoal:

1 - As despesas correntes com pessoal referente a auxílio funeral sofreu um acréscimo em razão de causa mortes de ex-servidores aposentados;

2 - Os deslocamentos com diárias de servidores sofreram um pequeno decréscimo, praticamente se manteve estável devido o controle na erradicação da mosca da carambola;

3 - Houve necessidade de contratação de colaborador eventual (pesquisador) para manter o controle e acompanhamento na erradicação da mosca da carambola.

Despesas correntes:

1 – As despesas sofreram decréscimos ou acréscimo no percentual relacionado de acordo com o elemento de despesa abaixo:

3339030 – houve economia de 67% em relação ao exercício anterior, pode-se dizer que a redução se deu em razão saldo de combustíveis pagos pela administração anterior, constatados pelos nossos servidores, junto ao fornecedor “SILVA & FILHO” que praticamente deu suporte a esta SFA/AP no período de setembro a dezembro/12.

3339036 – As despesas praticamente se mantiveram estável em razão da repetição de não retirar dos veículos inservíveis no depósito alugado em 2010, mantendo sem contrato, mas ocupando o espaço do Sr. João da Silva Cruz, que por 02 vezes recorreu ao poder judiciário para receber o aluguel do espaço ocupado, isso foram causas de abertura de processo administrativo que deve está em andamento.

3339033 – Não foram realizadas despesas com passagens aéreas no exercício pela falta de contrato com esses fornecedores.

3339037 – O acréscimo ocorreu em função da repactuação sindical das empresas de Vigilância e Limpeza.

3339039 – Houve acréscimos no montante de 22% em relação ao ano anterior, devido a necessidade de consertar os veículos em bom estado de conservação, parados na oficina ou nas redondezas da sede da SFA/AP, e pela necessidade de veículos para dar apoio as atividades desta SFA/AP.

3339139 – Essas despesas são relacionadas às publicações em Diário Oficial da União, porém foram emitidas poucas faturas no exercício, diante disso deixamos inscritos em RP um saldo de R\$ 2.475,59, insuficiente para atender as despesas, emitida em 2013, referente ao exercício anterior.

3339092 – Trata de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores em função do conserto de motor de popa, apresentando defeito após o período da campanha da agulha oficial, não tendo sido autorizado a empenhar naquele exercício, sendo autorizado o empenho, liquidação e pagamento, porém com apuração de responsabilidade que lhe deu causa.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos (NÃO SE APLICA)

5.2 Informação Sobre Movimentação E Os Saldos De Restos A Pagar De Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	455.432,98	2.824,67	452.608,31	-
2011	178.710,01	-	178.710,01	178.710,01
2012	23.675,78	-	-	23.675,78
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2010	1.357.341,80	85.615,53	1.249.899,70	21.826,57
2011	484.064,34	105.936,79	58.357,42	319.770,13
2012	1.914.652,22			1.914.652,22

Fonte: SIAFI E SIAFI GERENCIAL

ANÁLISE CRÍTICA:

O montante inscrito em Restos a Pagar 2012, se deu em função de o Pregão eletrônico para aquisição de material permanente ocorrer praticamente no final do exercício de 2012, não tendo tempo hábil para liquidação e pagamento.

5.3 Transferências de Recursos

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA Federal de Agricultura no Estado do Amapá – SFA/AP									
CNPJ: 00.369.895/0034-93					UG/GESTÃO: 130100				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados R\$ 1,00		Valores Repassados R\$ 1,00		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	071080/2010	P.M.O	100.000	2.500	100.000	100.000	06.10	06.12	1
2	068835/2010	P.M.Calç.	298.469	5.969	298.469	298.469	10.10	03.12	1
2	029757/2011	GEA/Munic.	162.500	16.250	162.500	216.700	12.11	12.13	2
2	029762/2011	GEA/Munic.	216.700	21.700	216.700	216.700	12.11	12.12	2
2	029755/2011	GEA/Munic.	216.700	21.700	216.700	216.700	12.11	12.13	2
2	046920/2011	P.M.S.Nav.	300.000	7.500	300.000	300.000	08.11	12.12	1

2	054301/2011	P.M.Mz	200.000	5.000	200.000	200.000	12.11	12.13	1
	030378/2011	GEA/Munic.	162.500	16.250	162.500	162.500	12.11	12.13	2
2	029759/2011	GEA/Munic.	216.700	21.700	216.700	216.700	12.11	12.13	2
2	035523/2010	P.M.Laranj.	248.750	5.000	248.750	248.750	12.10	06.12	1
2	000458/2012	P.M.Vitoria	450.000	11.250	450.000	450.000	04.12	04.13	2
1	008222/2012	GEA/Diagro	821.784	44.908	821.784	821.784	06.12	12.15	7
1	008109/2012	GEA/Diagro	2.054.652	124.847	2.054.652	2.054.652	12.12	12.15	2
1	005669/2012	GEA/Diagro	2.807.807	184.404	2.807.807	2.807.807	12.12	12.15	2
2	054590/2011	GEA/Munic.	173.400	17.400	173.400	173.400	11.11	11.12	7
2	054490/2011	GEA/Munic.	627.000	62.700	627.000	627.000	01.12	12.12	7
1	029643/2011	GEA/Diagro	5.856.039	614.884	5.856.039	5.856.039	03.12	12.15	2
2	029554/2011	GEA/Munic.	216.700	21.700	216.700	216.700	07.11	11.12	2
2	029531/2011	GEA/Munic.	195.000	19.500	195.000	195.000	11.11	12.12	7
1	028128/2011	GEA/Diagro	7.652.547	826.583	7.652.547	7.652.547	09.11	12.15	2
1	004834/2011	GEA/Diagro	2.021.616	212.269	2.021.616	2.021.616	04.11	12.15	2
1	004831/2011	GEA/Diagro	1.436.105	150.791	1.436.105	1.436.105	04.11	12.15	2
1	004826/2011	GEA/Diagro	5.693.005	597.765	5.693.005	5.693.005	04.11	12.15	2
2	062319/2010	GEA/Munic.	812.500	81.250	812.500	812.500	12.10	12.12	7
2	059724/2009	GEA/Munic.	217.223	22.223	217.223	217.223	12.09	12.12	7
2	059295/2009	GEA/SDR	325.834	33.334	325.834	325.834	12.09	12.12	4
2	094854/2008	GEA/Munic.	114.889	17.398	114.889	114.889	12.08	11.13	2

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SESAG/DPDAG-AP

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ – SFA/AP					
CNPJ:	00.369.895/0034-93					
UG/GESTÃO:	130100					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	03	05	02	5.684.243,00	220.650,00	3.568.977,40
Contrato de Repasse	01	12	17	450.000,00	3.109.350,00	6.094.082,00
Termo de Cooperação	--	--	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--	--
Totais	04	17	19	6.134.243,00	3.330.000,00	9.663.059,40

Fonte: SESAG/DPDAG/AP

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEQUENTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ - SFA/AP					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	07	27.521.771,00	--	--	(1)
Contrato de Repasse	07	1.523.289,00	200.000,00	--	(2)
Termo de Cooperação	--	--	--	--	--
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--
Totais	14	29.054.060	200.000,00	--	--

Fonte: SESAG/DPDAG-AP

**QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE
CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE
REPASSE.**

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ - SFA/AP					
CNPJ: 00.369.895/0034-93		UG/GESTÃO: 130100			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			(3)
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			12
		Montante Repassado			3.731.576,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade			(4)
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		--	17
		Montante Repassado		--	6.948.445,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02		17
		Montante Repassado	3.568.977,00		6.094.082,43
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	15	--	06
		Montante Repassado	6.491.262,00		1.371.548,00

Fonte: SESAG/DPDAG/AP

**QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Valores em
R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ - SFA/AP					
CNPJ: 00.369.895/0034-93			UG/GESTÃO: 130100		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			--	--
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	--	--
			Contas Não Analisadas	--	12
		Montante Repassado (R\$)		--	3.731.576,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	--	--
			Quantidade Reprovada	--	--
			Quantidade de TCE	--	--
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	--	12
Montante Repassado (R\$)		--	3.731.576,00		
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			06
		Quantidade Reprovada			--
		Quantidade de TCE			--
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			17
Montante repassado (R\$)			5.442.525,00		
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		02	17
		Quantidade Reprovada		--	--
		Quantidade de TCE		--	--
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado		3.568.977,00	3.568.977,00		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		15	06
		Montante Repassado		6.491.262,00	1.371.548,00

Fonte: SESAG/DPDAG/AP

5.4 Informações Sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias, Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF) Valores em R\$ 1,00

SUPRIMENTO DE FUNDOS					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
130100	Superintendência Fed. Agric. no Amapá	-	-	1.500,00	1.500,00
UG 2					
UG 3					
UG n...					
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	-	1.500,00	1.500,00

Fonte: SEOF/SFA/AP

Análise crítica:

Houve necessidade de compra de alguns materiais de pequeno vulto, se tornando antieconômico em razão do valor a compra direta do material solicitado.

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 130100			Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Eli Viana de Sousa	316283892-49	1.500,00	-	1.500,00	1.500,00
Total Utilizado pela UG			-	1.500,00	1.500,00
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SEOF/SFA/AP

Análise crítica:

Houve necessidade de compra de alguns materiais de pequeno vulto, se tornando antieconômico em razão do valor a compra direta do material solicitado.

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em
R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	01	1.500,00	1.500,00
2011	-	-	-	-	02	1.713,42	1.713,42
2010	-	-	02	7.500,00	04	3.951,45	11.451,45

Fonte: SEOF/SFA/AP

Análise Crítica:

A cada ano evitamos a liberação de despesas com Cartão Corporativo, isso significa que nossos serviços estão sendo devidamente programados pelo corpo técnico e administrativo da nossa SFA/AP.

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Conta Tipo “B”									CPGF		
	2012		2011		2010		2012		2011	2010		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor		
PC não Apresentadas		-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise		-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
PC em Análise		-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas		-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas		-	-	-	-	-	01	1.500,00	02	1.713,42	04	9.966,03

Fonte:SEOF/SFA/AP

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	101	101	2	Não Há
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	101	101	2	Não Há
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	101	101	2	Não Há
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	1	Não Há
4. Total de Servidores (1+2+3)	102	102	3	Não Há

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2012

TIPOLOGIAS DOS AFASTAMENTOS	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro/2012
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	6
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	Não Há
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	Não Há
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	Não Há
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro/2012 (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: SIAPE

**QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO/2012)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	1	Não Há
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	1	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	Não Há
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	11	11	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	17	17	1	Não Há

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	Não Há	1	17	48	17
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	17	48	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	Não Há	1	3	4	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	3	2	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	2	-
3. Totais (1+2)	Não Há	2	20	52	17

Fonte: SIAPE

**QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE –
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	-	10	-	14	43	26	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	10	-	14	38	21	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	3	5	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	10	-	14	41	26	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	3.436.786,09	-	2.780.666,99	377.595,49	330.279,48	34.110,00	21.447,26	-	3.949,12	6.984.834,43
	2011	3.316.794,05	2.425,23	2.782.094,13	381.614,30	321.245,29	49.531,00	14.304,95	-	-	6.868.008,95
	2010	2.934.192,87	489,87	2.732.396,67	330.280,99	303.481,27	60.343,00	26.618,08	8.000,00	21.702,48	6.417.505,23
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	77.727,46	-	2.694,08	-	4.714,00	1.536,00	-	-	-	-
	2011	358.024,34	-	46.430,74	-	23.280,34	8.355,00	-	-	-	436.090,42
	2010	196.300,11	-	19.385,89	-	17.787,27	5.095,00	-	-	1.630,32	240.198,59
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	410.143,87	81.948,75	452.120,23	59.869,66	21.067,72	8.665,27	5.019,21	-	-	1.038.834,71
	2011	400.718,94	81.447,65	401.079,28	48.820,30	23.066,51	15.781,06	4.661,86	-	-	975.575,60
	2010	490.526,94	113.372,46	398.593,66	36.757,53	30.164,56	10.527,03	-	-	1.064,64	1.081.006,82
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	733.740,58	63.328,01	162.015,08	16.305,96	53.066,38	14.131,88	1.213,14	-	826,29	1.044.627,32
	2011	544.486,83	60.039,09	165.686,02	16.232,05	44.554,94	12.922,70	-	-	532,32	844.453,95
	2010	743.444,27	65.285,53	202.450,33	19.558,16	53.640,85	12.878,78	6.496,63	-	-	1.103.754,37

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2012

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12/2012	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	11	2
1.1 Voluntária	11	2
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	16	-
2.1 Voluntária	16	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	27	2

Fonte: SIAPE

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/2012	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	12	3
1.1. Integral	5	3
1.2. Proporcional	7	-
2. Em Atividade	39	-
3. Total (1+2)	51	3

Fonte: SIAPE

**QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU
(ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	2	1	-	-
Concessão de pensão civil	5	2	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	7	2	-	-

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Cancelamento de concessão	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Cancelamento de desligamento	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Totais	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Outros atos fora do SISAC (especificar)	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
Totais	-	-	-	-

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	Não Há	Não Há	Não Há
Concessão de aposentadoria	01	-	-	-
Concessão de pensão civil	02	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	03	-	-	-

Fonte: SGP/SFA/AP

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Não Há	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não Há	-	-	-	-	-

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não Há	-	-	-

Fonte: SGP/SFA/AP

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA FEDERAL NO AMPA													
UG/Gestão: 130100							00.396.895/0034-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	005/2011	07.145.039/0001-46	01/10/2011	02/10/2013	12	12	-	-	-	-	Ativo Prorrogado
2010	L	O	007/2010	07.304.842/0001-86	29/11/2010	30/11/2013	04	04	-	-	-	-	Ativo Prorrogado
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Pesquisa nos Processos dos Contratos e na Empresa Contratada

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPA													
UG/Gestão: 130100							CNPJ:00.396.895/0034-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	50-0004/2009	08.450.948/0001-50	11/08/2009	12/08/2013	72	72	-	-	-	-	Ativo Prorrogado
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Pesquisa no Processo do Contrato e na Empresa Contratada

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	6	6	38.674,27
1.1 Área Fim	3	2	2	2	-
1.2 Área Meio	3	4	4	4	-
2. Nível Médio	4	4	4	4	12.671,40
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	4	4	4	4	-
3. Total (1+2)	10	10	10	10	-

Fonte: SGP/SFA/AP

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão Da Frota De Veículos Próprios E Contratados De Terceiros

FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Item- a) – Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: PORTARIA nº 191 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

Item- b) – Tem uma suma importância para melhor desenvolver as Atividades desta SFA-AP, nos Setores Administrativos, SIFISV; SIFISA;

DDA, de Controle e Fiscalização nas Ações.

Tabela 1 – Relação de Veículos por Tipo, Custo de Manutenção, Consumo de Combustível e Lubrificantes - 2012

Frota de Veículos	Quantidade de Veículos	Idade Média (ano)	Custo Manutenção ano	Média anual de km	Pagamento Seguro Obrigatório	Consumo de combustível Óleo diesel	Consumo de combustível Gasolina	Lubrificantes
NISSAN	03	13 anos	33.606,53	1.503	315,84	710	-	4.514,13
MAHINDRA	01	05 anos	2.240,00	1.157	105,28	690	-	1.458,00
RANGER / ÓLEO DIESEL	03	05 anos	12.939,00	10.576	315,84	2.345	-	3.401,00
FIESTA	03	05 anos	73,00	1.674	302,34	-	1.665	325,50
PÁLIO	03	06 anos	1.665,75	1.328	302,34	-	875	581,50
GOL	02	14 anos	2.467,00	1.299	201,56	-	300	649,50
MOTO	01	05 anos	-	1.222	278,21	-	20	-
STRADA	20	06 anos	37.646,29	15.039	2.105,60	-	12.143,27	8.149,65
RANGER GASOLINA	09	05 anos	40.695,20	14.622	947,52	-	8.835	9.401,30
RANGER(CONVÊNIO FOCEM (1))	10	-	-	-	-	540	-	-
VOADEIRA/DIAGRO		-	-		-	-	150	-
COURRIER/DIAGRO							40	
GOL/DIAGRO							40	
TOTAL.....	46	-	131.332,77	48.420	4.874,53	4.285	24.068,27	28.480,58

Fonte: NTR/SAD/SAG/SFA/AP

Como impacto temos: Erradicação do Combate a Mosca da Carambola; Controle da Febre Aftosa, Fiscalização de Grãos e Bebidas, programas executados em todo o Estado do Amapá.

(1)- Convênio COF-PAMA, Nº 07/07

LUBRIFICANTES – valores incluídos: óleo lubrificantes, filtro de óleo, aditivo do radiador, descarbonizantes, filtro de ar, mão de obra.

Abastecimento da voadeira, memo.nº123/SIFISV/DDA/SFA/AP,19/10/2012 ; abastecimento do veículo Courier, placa NEO-1449, memo. Nº103/2012/SIFISA/DDA/SFA/AP, abastecimento gol, placa NEV- 4397,MEMO Nº105/2012/SIFISA/DDA/SFA/AP.

Item g) - Informamos que no memento não temos plano de substituição da frota/SFA/AP;

Item h) - A SFA/AP , não possui serviços de locação;

Item i) - Estrutura de controle: Contrato com Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva da frota desta SFA-AP, controle através de guias para abastecimento, ficha de controle de quilometragem, para melhor desenvolvermos nossas atividades, até setembro/2012 a partir de outubro/2012, implantamos o Sistema de Controle de Veículos Automotores / SCVA do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo a partir dessa data um maior controle dos veículos que compõem a frota desta SFA/AP.

7.2 Gestão De Patrimônio Imobiliário

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF AP	02	03
	município de Macapá	01	02
	município de Laranjal do Jarí	01	01
Subtotal Brasil		02	03
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		02	03

Fonte: SPIUnet / SMP/SAD/SFA/AP

Nota:

- No dia 21.03.2012, NL nº 2012nl800003, foi feita a reversão para a União do imóvel localizado na av. FAB, onde foi construído o Tribunal de Contas do Estado - TCE/AP.

- Quanto ao imóvel localizado no município de Oiapoque/AP, temos a informar que o mesmo foi regularizado e entregue em 08 de fevereiro de 2013 para a SFA/AP através do Termo de Entrega pela SPU/AP.

- Quanto ao **Quadro A.7.2** – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, temos a informar que esta SFA/AP não possui imóveis locados neste exercício base de 2012.

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130100	060500001500-7	13	6	131.769,62				175.831,00
130100	0613000105007	13	6	145.274,51				
Total							-	175.831,00

Fonte: SPIUnet/SMP/SAD/SFA-AP

Nota:

Informamos que o imóvel localizado no Município de Oiapoque/AP onde funciona o Posto de Vigilância já foi registrado no **SPIUnet**, bem como foi assinado o Termo de Entrega pelo Superintendente desta SFA/AP em 08 de fevereiro de 2013.

Análise Crítica:

O patrimônio pertencente à União e disponibilizados ao MAPA/SFA/AP, em suas características físicas é deficiente para atender os serviços implementados pela SFA/AP, bem como as suas instalações se quer recebeu melhorias de engenharia e, pelo que se observam os registros demonstrados analiticamente se mantém o mesmo, pois a correção é realizada pelo sistema instalado em todos os órgãos públicos (SPIUnet).

8 - PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

Gestão Da Tecnologia Da Informação E Gestão Do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Registro no parecer, a falta de opções relacionadas a contratação de estagiários supervisionados na área de T.I, assim como a ausência de serviços relacionados a impressoras e copiadoras, pois esta instituição tem a carência e terceiriza empresas locais para a manutenção destes equipamentos.	

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Gestão Do Uso Dos Recursos Renováveis E Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
NÃO SE APLICA						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	195	542	388	1.924,65	5.349,54	3.651,08
Água	128,29	126,93	126,54	6.239,30	5.140,40	5.150,80
Energia Elétrica	200,221	160,221	166,785	47.500,61	41.321,69	51.241,77
			Total	55.664,56	51.811,63	60.043,65

Fonte: SAD/SFA/AP

Análise Crítica:

A UJ até o momento não aderiu a nenhum Programa de Sustentabilidade mais vem trabalhando a conscientização dos servidores quanto a necessidade de economizarmos os consumos de papel, água e energia elétrica.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

Conformidade E Tratamento De Disposições Legais E Normativas

- 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício
(NÃO SE APLICA)
- 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
(NÃO SE APLICA)
- 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n° 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	6	22	28
	Entregaram a DBR	6	22	28
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SGP/SAD/SFA/AP

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAPÁ**

DECLARAÇÃO

Eu, Graciema Maria Santos da Silva Dias, CPF nº 112.957.242-00, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Amapá, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá-AP., 25 de março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and flourishes, positioned above the typed name.

Graciema Maria Santos da Silva Dias

CPF. Nº 112.957.242-00

Chefe do SAD/SFA/AP



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.
DPDAG-AP

DECLARAÇÃO

Eu, Sebastião Paulo de Souza, CPF/MF nº 327 389 607/82, Técnico em Assuntos Educacionais -M.Sc. declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos Contratos de Repasse sendo estes geridos pela Caixa Econômica Federal/GIDUR/MC-AP, onde analisamos as propostas das entidades convenentes e fiscalização final da conclusão dos Planos de Trabalho firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, e 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Esclareço outrossim, que os Convênios propriamente, são formulados diretamente pelos Órgãos singulares do MAPA e Convenentes, sob a responsabilidade dos Setores desta Unidade Gestora diretamente envolvidos no acompanhamento e execução dos pleitos.

Macapá/AP, 18 de março de 2013.


Sebastião Paulo de Souza
327389607/82
SeSag/DPDAG/SFA-AP

Análise Crítica

- Primeiramente, enfatizamos a necessidade, várias vezes reiteradas, de capacitação técnica relativa a operacionalização geral do Sistema SICONV a todos profissionais, com seus diferentes perfis; assim também, aos agentes operadores das Convenentes, de modo geral;
- Mesmo através de contatos e solicitações formais à Caixa Econômica Federal (Ofícios nº 479 e 533/2012 – SeSag/DPDAG-AP), não obtivemos êxito nos pedidos antes formulados para que nos encaminhassem as devidas informações sobre as emendas parlamentares já concluídas ou em fase de prestação de contas finais (contas prestadas). Da mesma maneira, carecem de informações os percentuais dos valores financeiros já repassados às Convenentes conforme as etapas executadas - (1), (2);
- As peças das P.C's finais são encaminhadas, analisadas e acompanhadas diretamente pelo agente financeiro – CEF/GIDUR-AP, (3); assim como os procedimentos licitatórios pertinentes;
- Em decorrência da considerável situação de inadimplência dos municípios, muitas propostas de emendas parlamentares foram apresentadas através do Governo do Estado - GEA, onde a este ente público, cabe suprir os valores destinados à contrapartida financeira de cada proposta. Tais propostas estão com cláusulas suspensivas e sendo liberadas após cada regularização de cada proposta, além, é claro, da atual situação de inadimplência do próprio Estado;
- No exercício, basicamente, **a Sessão de Suporte Agropecuário-SeSag** atendeu tão somente aos Contratos de Repasse. Os Convênios, apesar de estarem inseridos no Sistema SICONV, estes estão em plena vigência, entretanto aguardando liberação financeira do Governo do Estado, já que este é co-partícipe e responsável pela descentralização da contrapartida financeira;
- A maioria das indicações de propostas de emenda parlamentares, persiste ainda, para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas (patrulha mecanizada).

OUTRAS ATIVIDADES DO SETOR.

- Assessoramento técnico e cadastramento às instituições públicas e privadas sobre o sistema de transferência voluntária do Governo Federal – SICONV.
- Participação efetiva em Comissões Estaduais: GCEA, CEDRS;
- Coleta e divulgação de dados pluviométricos - Estação Climatológica de Macapá nº 82098 -2º DISME/INMET/MAPA;
- Programa de Produção Orgânica - participação em feira de produtos orgânicos, restabelecimento da Comissão Estadual – CPOrg.
- Participação/acompanhamento da realização do calendário oficial de Exposição e Feiras Agropecuárias - Estadual e Municipais.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

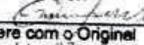
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 11 parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012

Alberto Jerônimo Pereira
José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013


JOSE LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Confere com o Original
Data: 11/02/13

Alberto Jerônimo Pereira
Tribunador de Contabilidade
PRC-0068247-8 GO
E-MAIL: SPONSEM@MAPA

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /AP		1300100	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

VIGIAGRO – Atividades e Importância no Contexto da Superintendência

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO é a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, que responde pelos controles oficiais referentes aos procedimentos de exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados ou partes, assim como resíduos de valor econômico e insumos agropecuários utilizados nas diversas cadeias produtivas do agronegócio.

No caso do Amapá a área Macapá-Santana comporta a Zona de Livre Comércio; enquanto o município de Oiapoque faz fronteira com a Guiana Francesa, portanto apontando situações em que ocorrem movimentações de pessoas e cargas, cenário de importações e exportações de artigos diversos, inclusive os componentes do agronegócio.

Mesmo sem os benefícios fiscais das Zonas de Livre Comércio, entende-se que a localização estratégica do Amapá proporcionará a efetivação de um corredor de exportações, tanto de produtos que venham ser, em médio prazo, produzidos localmente (soja e milho, por exemplo), quanto de outros produzidos fora do Amapá e até da Região Amazônica mas que, certamente, encontrarão na área portuária Macapá-Santana condições de minimizar custos desses procedimentos.

Por outro lado, a atuação da Vigilância especialmente quando se tratar da entrada de pessoas e mercadorias se estabelece como recurso da mais alta valia no sentido de auxiliar na preservação da sanidade da agropecuária nacional.

É oportuno também registrar que é através do município de Oiapoque que se processo o contato físico entre a parte oriental da Amazônia Brasileira e parte da Região Nordeste, com o Caribe e América Central, situação esta que potencializa sua importância relativa no contexto da Vigilância Agropecuária Brasileira.

Na SFA/AP, o VIGIAGRO é gerenciado pelo Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas ações executadas através de Fiscais Federais Agropecuários lotados no Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA/AP ou no Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA, dependendo do tipo de atendimento, ou seja, se envolve questões da área vegetal ou da área animal, respectivamente. Ocasionalmente, os atendimentos do VIGIAGRO/SFA/AP também receberam apoio da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AP. As tarefas foram executadas através da Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santana (UVAGRO/Porto de Santana); da Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Macapá (UVAGRO/Aeroporto de Macapá) e; através da Unidade de Vigilância Agropecuária do Município de Oiapoque (UVAGRO/Município de Oiapoque).

Nenhuma dessas Unidades dispõe de Fiscal Federal Agropecuário em atuação exclusiva, daí que o funcionamento das mesmas obedece particularidades:

- A UVAGRO/Porto de Santana, principal ponto de importações e exportações do Estado do Amapá. O atendimento inicial das demandas se fez por um servidor administrativo que programou as operações fiscais que, durante 2012, se fizeram nas importações envolvendo produtos/embalagens de madeira e nas exportações no tratamento fitossanitário ou despacho de “cavacos” de eucalipto.

Para efetivar o atendimento e ciente da movimentação portuária o Fiscal, se deslocava de Macapá até o Porto de Santana (numa distância estimada em 25 km).

Durante 2012 (quadros I A e B), foram feitos 78 (setenta e oito) fiscalizações para importações de produtos de uso pessoal, utilidades domésticas e/ou embalagens em madeira. Janeiro, Julho, Agosto e Dezembro foram os meses de maior frequência nessas importações.

O Quadro II demonstra as exportações de produtos madeireiros em 2012. O Amapá tem atualmente o cavaco de Eucalipto como principal produto de exportação madeireira. O produto, oriundo de plantios em território amapaense, é obtido na unidade industrial instalada na área portuária de Santana/AP e se destina à fabricação de celulose. As projeções indicam que as exportações deverão crescer em 2013, com significativo incremento na movimentação portuária.

- A UVAGRO/Aeroporto de Macapá também fez atendimentos mediante demandas. Em 2012 não existiram vôos internacionais regulares. O INFRAERO informou sobre ocorrência em caso de vôo fretado. Nenhuma anormalidade foi verificada no período. Nenhum servidor permanece no local.

- A UVAGRO/Oiapoque, localizada na fronteira do Brasil/Amapá com a França/Guiana Francesa (cerca de 600 km de Macapá), dispõe de apenas um servidor administrativo (serviços gerais) por isto não desenvolve atividade fiscal, por isto os despachos das mercadorias (em geral hortigranjeiros) é feito em Macapá (pela SFA/AP), que pelas atuais circunstâncias, é considerado o último ponto para despacho no caso de exportações (ponto de egresso). Porém nenhuma ação é feita quando do ingresso de pessoas ou de mercadorias através daquele município.

O Quadro III demonstra o movimento das exportações que tiveram Macapá como ponto final de despacho no território brasileiro. Nenhum dos produtos exportados teve produção em áreas do Estado do Amapá e, todos tiveram a Guiana Francesa como destino.

De qualquer maneira fica estabelecida uma projeção de crescimento na movimentação de pessoas, bagagens e cargas nessas áreas, haja vista o início em investimentos agropecuários típicos do agronegócio nos campos cerrados do Amapá; os investimentos em infra-estrutura portuária através da iniciativa privada na zona portuária de Santana/AP, além do surgimento de outros empreendimentos na em outros segmentos da economia, como no caso daqueles na área da mineração.

Especificamente sobre vigilância das áreas de fronteira no Brasil, o Tribunal de Contas da União através do Acórdão 2.961/2012 de 31.10.2012 (TC 026.155/2011-7) à folha 02, dentre outros, cita: “O Tribunal de Contas da União, preocupado com a manutenção de um sistema bem estruturado e eficiente de vigilância agropecuária, que garanta a segurança alimentar no território nacional e assegure a quantidade, a qualidade e a inocuidade da produção, efetuou diversos trabalhos de controle externo relacionados a esse tema, com destaque para as auditorias operacionais realizadas, em 2005, no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e no Programa de Segurança Fitossanitária no

Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários, as quais revelaram uma série de deficiências na área de defesa animal e vegetal”.

Nestas circunstâncias, e considerando que as relações entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa têm evoluído de maneira satisfatória nos últimos anos, fica precisamente caracterizada a prioridade de aparelhar satisfatoriamente a Unidade de fiscalização agropecuária lá localizada (UVAGRO-OIAPOQUE), enquanto parte da estrutura da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá.

A Unidade deverá ter, em 2013, um plano de recuperação, especialmente em face da estruturação da área para atender tráfego através da Ponte Binacional Brasil-França e Rodovia BR-156. Será solicitado apoio do órgão central para que se estabeleça uma unidade condizente com a representatividade.

QUADRO 1.A - PARTIDAS E PRODUTOS FISCALIZADOS EM 2012 IMPORTAÇÕES ATRAVÉS DO PORTO DE SANTANA (PRODUTOS E/OU EMBALAGENS EM MADEIRA)

Atendimentos	Produto	Quant./Kg	Origem
JANEIRO			
01	Porta- retrato, porta-revista e tigelas	21/08 /07peças	China
02	Artigos p/casa	20,000 CBM	Espanha
03	Pincéis p/ maquiagem	36,013 CBM	Hong Kong
04	Artigos p/ casa	29,008 CBM	Bélgica
05	Relógios de pulso	161,5 CBM em 01 palet	Hong Kong
06	Art. De toucador e banho	191,887 CBM	Panamá
07	Cosmético/Perfumaria	15,900 MTQ	USA
08	Perfumaria	17,570 MTQ	Itália
09	Cosméticos/Perfumaria	44,424 MTQ	França
10	Manicuri, pedicure, escovas p/ cabelo	15,552 MTQ	França
11	Lixeira/Cesta/Móveis/Cesto/Porta-retrato	20 /72 /42/36 e 36 pçs	China, Tailândia
FEVEREIRO			
01	Relógios/Óculos	377,00 MTQ	Itália
MARÇO			
01	Eletrônicos	19.206 CBM	Panamá
02	Relógios	115,00 em 01 Palet	China
ABRIL			
01	Relógios	955,00	USA
02	Relógios	1.143,00	USA
03	Artigos de casa e decoração	27.917 CBM	Japão
04	Bijuterias e relógios	202,00	Itália
05	Artigos de toucador e banho	26.945 CBM	China
MAIO			
01	Eletrônicos diversos	40.000 MTQ /19 palet's	USA
02	Óculos	260,00	Itália
03	Artigos de toucador e banho	1.603,00	França
JUNHO			
01	Porta retrato de madeira	39 Unidades	China
02	Acessórios	957,00 em 01 palet	Itália

JULHO			
01	Art. De toucador e banho	42.851,00	França
02	Art. De toucador e banho	43.946,00	França
03	Relógios de pulso	281,00	Hong Kong
04	Art. De toucador e banho	26.260	Itália
05	Art. De toucador e banho	40.167	França
06	Art. De toucador banho	17.500 MTQ	USA
07	Relógios de pulso/Bijuterias	8.375	Hong Kong
08	Óculos	360,00	USA
09	Óculos	306,00	USA
10	Óculos	240,00	Itália
11	Artigos de casa	27.500 CBM	Tawan
12	Artigos de casa	53.000,00	Itália
13	Artigos de toucador e banho	6.570 em 05 palet's	USA
14	Cosméticos	22.360 CBM	China

Fonte: vigiagro/sfa/ap – março/13

Quadro 1.B - Partidas e Produtos Fiscalizados em 2012 Importações Através do Porto de Santana (Produtos e/ou Embalagens em Madeira)

FISCALIZ.	PRODUTO	QUANT./KG	ORIGEM
AGOSTO			
01	Artigos de Toucador e banho	40,391	França
02	Artigos De toucador e banho	4.750 CBM	Panamá
03	Artigos de Toucador e banho, p/casa/ cozinha e cosméticos	36.835,00	França
04	Jogos de Jantar	29.270 CBM	China
05	Relógios	543,50 MTQ	Itália
06	Eletrônicos	36.000 MTQ	Miami
07	Artigos de Toucador e banho	36,536 MTQ	França
08	Estojos/jóias e relógios	13.160 CBM	China
09	Art. De cozinha	27.735 CBM	Turquia
10	Sacolas	12.320 CBM	China
11	Artigos Natalinos e Bolsas	29.000 CBM	China
12	Artigos Natalinos e Bolsas	22.330 CBM	China
SETEMBRO			
01	Artigos de toucador e banho	29,180 MTQ	França
02	Assessórios	105,00 MTQ	USA
03	Artigos p/banho/sacolas	43,807	China
04	Eletrônicos	23,350 CBM	Panamá
05	Artigos de toucador e banho	19.170	Itália
OUTUBRO			
01	Artigos de Toucador e banho	8.700 MTQ	USA
02	Canetas	153,00 em 01 palet	Italia
03	Art. p/cozinha	26,000 CBM	India
04	Relógios	450,00	Hong Kong
05	Sombrinhas, mal. e pincéis/maq.	22,787 CBM	Hong Kong
06	Acessórios	656	USA
07	Artigos natalinos e p/ casa	25,700 CBM	Panamá

NOVEMBRO			
01	Malas/Bolsas	11,850 CBM	China
DEZEMBRO			
01	Porta retrato / Cabides em madeira	97,945/23,560 MTQ	China
02	Cosméticos	26.111CBM	China
03	Relógios	507,5	Hong Kong
04	Artigos de toucador e banho	12.000 MTQ	USA
05	Artigos de toucador e banho	32.098 MTQ	França
06	Expositor de madeira	01	China
07	Artigos de toucador e banho	34.186 MTQ	França
08	Maquiagem	17.500CBM	Hong Kong
09	Artigos de casa	51.288/ 24 palet's	Alemanha
10	Artigos de cozinha	21.216 /11 palet's	Alemanha
11	Óculos	163,50	Itália
12	Óculos	185,00	USA

Fonte: vigiagro/sfa/ap – março/13

Total de Atendimentos 2012 : 78

QUADRO 2 - EXPORTAÇÕES – PRODUTOS MADEIREIROS – ORIGEM BRASIL/AMAPÁ

PRODUTO	unidade	DESTINO E QUANTIDADE MENSAL												TOTAL
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Amostras de Eucaliptos biomassa (*)	kg	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	Japão 25,80	25,80
Amostras de Eucaliptos em cavacos	kg	--	--	--	--	--	--	Canadá 60,00	--	--	--	--	Espanha 10,00	70,00
Amostras de Eucaliptos em discos	kg	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	Reino Unido 42,00	-	42,00
Amostras de Eucaliptos em toras	kg	--	--	--	Japão 120,00	--	--	--	Japão 433,00	--	--	--	--	533,00
Cavaco de Eucaliptos	tonelada	--	Turquia 3.500,00	China 42.492,37	--	Turquia 23.698,83	--	--	Japão 26.559,78	Dinamarca 9.100 Turquia 23.692,46	--	Turquia 23.437,83	Turquia 25.494,01	177.975,28
Cavaco de Pinus sp	tonelada	--	Turquia 17.500,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17.500,00

(*)- casca, galhos e folhas

Fonte: vigiagro/sfa/ap – março/13

QUADRO 3 - EXPORTAÇÕES ALIMENTOS 2012 – DESTINO GUIANA FRANCESA – ORIGEM BRASIL/OUTROS ESTADOS

PRODUTO	QUANTIDADE MENSAL (KG)												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Beterraba	260	400	00	00	200	00	00	00	00	00	00	00	860
Cebola	100	100	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	200
Cenoura	200	400	00	00	200	00	00	00	00	00	00	00	800
Chuchu	500	300	00	00	200	00	00	00	00	00	00	00	1000
Melão	230	200	00	00	100	00	00	00	00	00	00	00	530
Pimentão	150	600	00	00	250	00	00	00	00	00	00	00	1000
Tomate	4.000	4.000	00	00	1.200	00	00	00	00	00	00	00	9.200

FONTE: VIGIAGRO/SFA/AP – MARÇO/13

Parte 2 – A Agricultura Orgânica

Promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente é o objetivo da produção orgânica vegetal e animal. A produção orgânica tem a proteção do meio ambiente como um de seus princípios, daí que não utiliza substâncias sintéticas, adubos químicos, agrotóxicos utilização nem organismos geneticamente modificados.

Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. O Brasil já ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos.

A legislação brasileira reconhece a importância dos laços de confiança estabelecidos entre produtor e consumidor no sistema de venda direta (sem intermediários), onde o agricultor pode optar por não ser certificado, porém pode ter seu produto reconhecido como “produto orgânico” – e receber o selo SISORG – desde que esteja cadastrado junto ao MAPA/Superintendência e receba uma Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à Organização de Controle Social – OCS. Até 2012, no nível da produção familiar, nenhum produto recebeu reconhecimento enquanto produto orgânico no Amapá.

Por outro lado, as empresas produtoras de produtos orgânicos, que não tenham venda direta ao consumidor, se obrigam ter seus produtos assim reconhecidos através de Certificação por Auditoria, realizada por empresas certificadoras devidamente autorizadas pelo Ministério da Agricultura. Nesta categoria, até 2012, apenas duas empresas apresentavam produtos orgânicos oficialmente reconhecidos no Amapá, ambos envolvendo produtos do açaí.

Como responsável pelo controle da emissão das certificações da produção orgânica no Amapá, a SFA/AP iniciou um trabalho no sentido do fortalecimento da confiança entre agricultores e consumidores, atuando em 2012, na organização da Comissão da Produção Orgânica no Amapá – CPOrg/Amapá, como ponto de referência para as atividades de esclarecimento sobre as características gerais que envolvem essa modalidade de produção.

Como atividades consideradas iniciais, na área da Produção Orgânica, registram-se:

I - Criação da Comissão Estadual

A Portaria SFA/AP nº 066/2012, publicada no DOU em 19.09.2012, oficializou a criação da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Amapá – CPOrg/AP, coordenada pelo MAPA/SFA/AP e, entre titulares e suplentes, composta por :

- A) Organizações Não Governamentais: Associação dos Produtores do Pólo Hortifrutigranjeiro de Macapá – ASSOPOLO; Associação dos Produtores e Moradores da Vila do Trem – AMPTV; Associação dos Produtores do Mini-Pólo de Fazendinha – ASSOPRO; Associação dos Produtores DA Vila Waldemar – APROVA; Cooperativa Mista Agropecuária Amapaense – DANITA; Associação dos Produtores Rurais do Km 09 e Currealinho – AGROVERDE; Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Macapá – APIMAC; Empresa Açaí do Amapá Agroindustrial Ltda – SAMBAZON; Associação Amapaense de Supermercados – AMAPS; Escola Agrícola Pe. João Piamarta; Rede das Associações das Escolas Família do Amapá – RAEAF; Organização das Cooperativas do Estado do Amapá – OCB/AP; Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa no Amapá – SEBRAE E;
- B) Organizações Governamentais: Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP; INCRA/AP – Superintendência REGIONAL 021; Companhia Nacional de

Abastecimento – CONAB/AP; Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá – DIAGRO; Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP; Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP; Universidade do Estado do Amapá – UEAP; EMBRAPA/AMAPÁ e Instituto de Florestas do Amapá – IEF.

II - Participação no I Encontro Agroecológico/Produtos Orgânicos do Amapá

O evento foi realizado em 31 de maio/2012, na sede da EMBRAPA/AMAPÁ, envolvendo parceria entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), os Conselhos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar (Consea), a Superintendência Federal de Agricultura e o Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf-AP), teve, dentre outros:

- registro de 147 participantes dentre agricultores familiares, estudantes e empresários;
- local destinado à comercialização de produtos “sustentáveis” ou “agroecológicos” (mel, hortaliças, plantas aromáticas, polpa de frutas e composto orgânico) já que não se dispunha de produtos reconhecidamente orgânicos.

A SFA/AP, participou através da distribuição de material informativo envolvendo a legislação sobre produção orgânica e a certificação através de OCS.

Em 2013, projeta-se uma significativa evolução da produção orgânica no Amapá, cujos procedimentos devem ser retomados através da reformulação das parcerias e que devem culminar com a emissão de certificados de produto(s) orgânico(s) através de Organização de Controle Social – OCS.

Parte 3 – A Operação “Mãos Limpas” E A Retomada Da Normalidade Administrativa Da SFA/AP

A Operação “Mãos Limpas” deflagrada em duas oportunidades – final de 2010 e início de 2011 – com envolvimento de dirigentes impulsionou decisão do Senhor Ministro de Estado da Agricultura no sentido da Intervenção na Superintendência Federal de Agricultura no Amapá - SFA/AP.

Tal Intervenção se fez no sentido da retomada da normalidade administrativa pela instituição, sempre com a expectativa de oferecer o mínimo de desvios na execução das atividades então programadas, em razão das particularidades apresentadas pela constituição dessa programação na área técnica ou finalística.

A Portaria Ministerial nº 415 de 24.05.2011 publicada (no DOU) de 25.05.2011 (posteriormente alterada pela Portaria Ministerial nº 569 de 06/07/2011 publicada em 07.07.2011) nomeou o Interventor Federal, cuja efetiva ação interventiva se deu a partir de 25 de maio de 2011, encerrando-se em 03 de maio de 2012, com a nomeação do então novo Superintendente, que iniciou o que poderíamos denominar de “processo complementar” de condução à normalidade administrativa, já que esta fase passou a ocorrer sem as características típicas de “intervenção”.

Oportuno se faz registrar que, observando a rotina de verificações através dos documentos emitidos pelos órgãos controladores, não se caracterizou tratamento diferenciado à Superintendência mesmo durante o processo de intervenção.

O período “pós-intervenção” (processo complementar) se caracterizou, em boa parte, pela emissão de inúmeras justificativas aos Controladores, no sentido de demonstrar execução de providências oficialmente demandadas.

Por outro lado, entendeu-se que tais providências, devidamente operacionalizadas, efetivariam o processo de normalidade administrativa da SFA/AP, pois:

- registra-se necessidade da condução de procedimentos licitatórios para aquisições de materiais e serviços para a instituição, que ainda não dispõe de pessoal capacitado e devidamente designado para tal execução.

Alguns projetos tiveram dificuldades de conduzir atividades em função da falta de aquisição de produtos, como no caso do que trata da Mosca da Carambola que não teve produtos químicos (inseticidas, proteína hidrolisada), além de serviços como no caso do fornecimento de passagens aéreas.

- procedimento licitatórios com elevado grau de complexidade deverão acontecer, já que se projetam, para 2013, a recuperação das instalações da Unidade de Vigilância de Oiapoque e a reforma/adaptação das instalações do prédio central da SFA/AP.

Parte 4 – Recursos Humanos Para A Área Fiscal

Estudos conduzidos pela SFA/AP determinaram que 2016 poderá representar ponto crítico na administração da instituição. De acordo com esses estudos, a disponibilidade de Fiscais Federais Agropecuários da Área Vegetal (Engenheiros Agrônomos) estará reduzida a apenas dois servidores, isto caso um deles não decida por retornar ao local de origem. A mesma fonte cita que em 2016, nenhum Técnico de Nível Médio em Agropecuária poderá estar atuante.;

O estudo em questão, levou em consideração apenas o “tempo de serviço” como critério para que o servidor possa recorrer ao direito da aposentadoria embora, em termos práticos, tal critério também sirva para, de modo indireto, evidenciar algumas inconformidades motivadas típicas da idade avançada.

Neste aspecto, alguns fatos merecem registro;

- A equipe técnica da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AP iniciou 2012 com três servidores. Mesmo com a incorporação de dois outros, findou o ano com apenas dois servidores em aparentes plenas condições de trabalho;

- algumas atividades carecem ser devidamente retomadas como nos casos da fiscalização de resíduos agrotóxicos, da oficialização da educação sanitária, da classificação vegetal, da agricultura de precisão, dentre outros, cuja reorientação depende de uma expectativa para aumento no quantitativo de pessoal;

- a vigilância agropecuária do trânsito na área de fronteira – atividade privativa do MAPA – não poderá ser cumprida pela SFA/AP, conforme determina a legislação. O quadro atual de recursos humanos na área vegetal é absolutamente insuficiente para atender uma demanda cuja projeção aponta para intensificação do trânsito oficial de pessoas e mercadorias, especialmente relacionados ao turismo, negócios diversos e ao comércio de produtos básicos de consumo – alimentos, vestuários, matérias primas diversas, materiais e equipamentos, etc.

A realização de concurso público, com edital diferenciado para a região, poderá resolver a situação embora tentativas para redistribuições ou alocações precárias possam minimizar temporariamente essas carências.

ANEXOS

 **Desconectar**

Visualizando texto anexado - [Ver mensagem](#)

[Baixar como um arquivo](#)

Prezados Chefes das SPA e SePAs,

Para auxiliar na elaboração do Relatório de Gestão referente ao item "macroprocessos de apoio e finalísticos", informamos que esta Coordenação-Geral ainda não detalhou a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, até o nível de processos. Destacamos o texto abaixo sobre os itens que tratam dos macroprocessos de apoio e finalísticos elaborado para o Relatório de Gestão da SE, nele explicamos que os resultados (produtos) estão no bojo do Relatório, pois somente com o detalhamento da Cadeia de Valor teremos como atender a demanda do TCU.

Tendo em vista a complexidade desse trabalho, fizemos um primeiro exercício com a SDC detalhando os macroprocessos DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO e o de COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL, foram várias oficinas e ainda teremos que revisitar para ajuste quanto a identificação de todos os processos de forma que retrate bem a realidade da geração de valor para a Sociedade.

TEXTO ELABORADO PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO DA SE/MAPA

1.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS:

- * Cooperativismo e Associativismo Rural
- * Defesa Agropecuária
- * Desenvolvimento Agropecuário
- * Execução do Plano da Lavoura Cacaueira
- * Meteorologia e Climatologia
- * Política Agrícola
- * Política de Agroenergia
- * Política Cafeeira
- * Relações Internacionais para o Agronegócio

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.

(1) Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:

SE - Secretaria-Executiva

AGE - Assessoria de Gestão Estratégica

GM - Gabinete do Ministro

CONJUR - Consultoria Jurídica

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPAÉ - Secretaria de Produção e Agroenergia
SRI - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIOG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 - Macroprocesso de Governança

- * Gestão Institucional

1.5.2 - Macroprocesso de Administração Interna

- * Administração de Pessoal
- * Assessoramento Jurídico
- * Articulação Institucional
- * Articulação Política
- * Comunicação Institucional
- * Contabilidade Pública
- * Documentação e Informação Agropecuária
- * Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- * Desenvolvimento de Pessoas
- * Interação com a Sociedade e Servidores

- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

Att.

Maria Cristina Chaves Silvério
Coordenadora Geral
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN/SPOA/SE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Tel: (61) 3218-2075 ou (61) 3323-8307